



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**  
**DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**EXÉRCICIO - 2011**

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Apresentação</b> .....   | <b>2</b>  |
| <b>Membros da CDHM</b> .....  | <b>5</b>  |
| <b>Número de atividades da CDHM</b> .....                                     | <b>7</b>  |
| <b>CDHM no Orçamento da União</b> .....                                       | <b>7</b>  |
| <b>Emenda da CDHM para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)</b> .....      | <b>7</b>  |
| <b>Emendas da CDHM ao Orçamento da União/2012</b> .....                       | <b>8</b>  |
| <b>Eventos realizados</b> .....   | <b>9</b>  |
| <b>CDHM abre pauta de Audiências com a Ministra de Direitos Humanos</b> ..... | <b>9</b>  |
| <b>Humanos</b> .....  | <b>9</b>  |
| <b>Saúde</b> .....  | <b>10</b> |
| <b>Quilombolas</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>Segurança Pública</b> .....  | <b>14</b> |
| <b>Trabalho Escravo</b> .....   | <b>16</b> |
| <b>Questões internacionais</b> .....  | <b>18</b> |
| <b>Diversidade</b> .....  | <b>20</b> |
| <b>Criança e Adolescente</b> .....  | <b>23</b> |
| <b>Pessoa com Deficiência</b> .....   | <b>28</b> |
| <b>Anistia</b> .....  | <b>29</b> |
| <b>Mulheres</b> .....   | <b>31</b> |
| <b>Novas dimensões dos Direitos Humanos</b> .....                             | <b>31</b> |
| <b>Sistema Prisional</b> .....  | <b>35</b> |
| <b>Defensores de Direitos Humanos</b> .....                                   | <b>35</b> |
| <b>Direitos dos Povos Indígenas</b> .....                                     | <b>37</b> |
| <b>Direitos dos Idosos</b> .....  | <b>38</b> |
| <b>Transporte Público</b> .....   | <b>39</b> |
| <b>Tolerância Religiosa</b> .....   | <b>39</b> |
| <b>Defensorias Públicas</b> .....   | <b>41</b> |
| <b>Câmara lança Subcomissão Memória e Verdade</b> .....                       | <b>42</b> |
| <b>Subcomissões criadas no exercício de 2011</b> .....                        | <b>44</b> |
| <b>Ação Legislativa</b> .....   | <b>44</b> |
| <b>Diligências</b> .....  | <b>47</b> |
| <b>Moções</b> .....   | <b>49</b> |
| <b>Notas oficiais</b> .....   | <b>61</b> |

## APRESENTAÇÃO

*Deputada Manuela d'Ávila  
Presidente*

O ano de 2011 trouxe para nós o desafio de reforçar a dimensão social dos direitos humanos, sem diminuir o compromisso com as outras dimensões. Creio que esse desafio permeou toda a nossa gestão como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos. A busca de um equilíbrio maior entre os elementos do Pacto Internacional dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais e aqueles enfeixados no Pacto dos Direitos Humanos Civis e Políticos correspondeu a uma exigência da própria conjuntura.

Em âmbito internacional, 2011 assistiu à permanência da crise do modelo neoliberal, contrapondo a defesa do bem-estar das pessoas como objetivo maior da atividade econômica e, de outro lado, os interesses de grupos financeiros internacionais. Protestos ocuparam ruas e praças pelos “indignados” nos EUA e na Europa. A “Primavera Árabe” revelou a força da sociedade civil na era da internet. No Chile, a juventude reagiu com força admirável à tentativa do governo Sebastian Piñera de precarizar o financiamento da educação pública pelo Estado.

No Brasil, o governo da presidenta Dilma Rousseff lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, criando um importante “guarda-chuva” para ações em direitos humanos. Um dos eixos do PAC é o compromisso com a erradicação da extrema pobreza, suporte de políticas públicas em habitação, geração de empregos e outros avanços dos direitos humanos na área social e econômica.

A CDHM contribuiu modestamente para materializar tais avanços, credenciando-se como espaço para o debate de propostas destinadas a garantir o acesso dos mais pobres aos serviços básicos ao cidadão, inclusive aquelas contempladas no PAC. Ao interagir com os deputados membros da Comissão, ministros, representantes de movimentos sociais e outras entidades, defensores de direitos humanos, lideranças comunitárias, especialistas, acadêmicos, a CDHM agregou avaliações, críticas e sugestões aos processos de construção e implementação de políticas públicas.

Igualmente relevantes foram o debate e a manifestação da CDHM acerca de fatos do cotidiano emblemáticos para os direitos humanos. Um exemplo: a Comissão reuniu em audiência pública dirigentes da empresa de confecções Zara e autoridades competentes para dar curso a um compromisso público de solucionar a questão do trabalho escravo nas empresas terceirizadas no setor do vestuário.

Os impactos dos empreendimentos de infraestrutura sobre populações indígenas, ribeirinhas e camponesas foram avaliados em audiências

da CDHM. Cobramos das empresas e do governo ações para minimizar e reparar tais efeitos. Para isso a Comissão ouviu representantes de comunidades e governo no Congresso Nacional, além de deslocar representantes a estados como o Pará e Rondônia. Afinal, as organizações de direitos humanos tem contribuição a dar para conciliar crescimento econômico e desenvolvimento humano.

#### SUBCOMISSÃO DA VERDADE

É claro que os temas de direitos humanos mais comuns no Brasil também contaram com o empenho da CDHM. Avaliamos que a ação de maior destaque no campo dos direitos civis e políticos foi o lançamento da Subcomissão Especial para contribuir e fiscalizar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A CNV passará a funcionar junto à Presidência da República e será o fórum legal de resgate da verdade histórica sobre as violações de direitos humanos na ditadura (1965-1985), conforme prevê a Lei 12.528, sancionada em 18/12/2011.

Ao lançar a Subcomissão num ato político no dia 13 de dezembro de 2011, a CDHM dava continuidade a sua participação no processo político de construção da lei que criou a CNV. Agora a Subcomissão da CDHM vai sistematizar os subsídios já disponíveis e outros que vier a receber, de modo a ajudar a constituir a memória sobre fatos ocultados ou com versões forjadas por agentes públicos em atos de exceção.

Cabe registrar outro avanço importante para a CDHM em 2011. Depois de um trabalho de sensibilização política e elaboração de relatórios técnicos, conseguimos que passassem a ser designados à CDHM um número maior de proposições legislativas. Para tanto demonstramos à Presidência e Secretaria-Geral da Mesa a necessidade de se atualizar e ampliar o conceito de direitos humanos para efeito dos despachos de matérias às comissões permanentes.

#### CDHM EM NÚMEROS

Em 2011, a Comissão deliberou sobre 13 projetos de lei e 170 requerimentos. Contabilizamos a realização de 16 reuniões deliberativas, 14 seminários, 32 audiências públicas e 13 diligências destinadas a tratar de problemas nos lugares onde eles acontecem.

Essas atividades abordaram múltiplos assuntos, como a violência contra as mulheres, ameaças aos povos indígenas, atuação de grupos de extermínio, situação das emergências hospitalares, discriminação racial, intolerância religiosa, homofobia, saúde da população negra, anistiados políticos e anistiados do governo Collor, violência no campo, liberdade de expressão na

internet, direitos da juventude, situação de presos em penitenciárias e delegacias, entre outros. A violação dos direitos se dá infelizmente, em todas as áreas.

Ao visitar unidades do nosso sistema prisional, reforçamos a clareza da necessidade de se contrapor ao discurso superficial daqueles que não reconhecem direitos humanos nas pessoas presas. E conhecemos de perto ações dignas de reconhecimento de todos, como a do grupo AfroReggae, que ao investir nos apenados que querem ser recuperados, preenche um espaço abandonado pelo Estado e pela sociedade.

Acompanhar de perto e de forma mais aprofundada a realidade de milhões de brasileiros, lutar por mais igualdade e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, foi o que procuramos fazer no cotidiano da CDHM. Nesse sentido, a Comissão recebeu centenas de denúncias de violações envolvendo grupos ou indivíduos. Essas comunicações foram sempre avaliadas e encaminhadas, com solicitações de providências e acompanhamento das mesmas.

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos afirma que “tolerar é pouco, é preciso respeitar”. Essa é, sem dúvida, uma lição para todos, e que nós, legisladores, temos de fazer valer em nossa Constituição. Não há mais como conceber que o preconceito – em todas as suas faces – permaneça impune. Se todos somos iguais perante a lei, então façamos valer esse direito humano. Seja na orientação sexual, na igualdade de gênero, na liberdade religiosa. É preciso combater a intolerância e dar um passo à frente: respeitar o próximo.

A experiência de 2011 na CDHM fortaleceu nossa convicção de que o Estado precisa desempenhar seu papel com mais precisão, ou correremos o risco de ver direitos fundamentais serem violados permanentemente. Se é realidade que a CDHM contribuiu para avançar nesse sentido, não é menos verdade que a luta pela garantia plena dos direitos humanos está apenas começando. E só vai avançar pra valer se for uma luta de todos.

Os desafios equacionados pela Comissão em 2011 mostraram que é possível construir consensos em áreas onde a intolerância sobrepõe-se ao bom senso. Havendo diálogo, respeito e debates democráticos, muitos dos entraves em nosso País podem ser superados. Essa possibilidade não se restringe apenas às questões de direitos humanos, mas a toda ação política. Essa é uma das grandes lições das lutas na CDHM em 2011 e que pode nos guiar em 2012.

*\*Manuela d'Ávila é deputada federal pelo PCdoB do Rio Grande do Sul e presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados*

## DEPUTADOS MEMBROS DA CDHM

**Presidente:** [Manuela d'ávila](#) (PCdoB/RS)  
**1º Vice-Presidente:** [Domingos Dutra](#) (PT/MA)  
**2º Vice-Presidente:** [Arnaldo Jordy](#) (PPS/PA)  
**3º Vice-Presidente:** [Liliam Sá](#) (PSD/RJ)

| TITULARES  | SUPLENTE   |
|--|--|
| <b>PT</b>  |  |
| <a href="#">Domingos Dutra</a> PT/MA (Gab. 806-IV)                           | <a href="#">Luiz Couto</a> PT/PB (Gab. 442-IV)                               |
| <a href="#">Edson Santos</a> PT/RJ (Gab. 402-IV)                             | <a href="#">Marcon</a> PT/RS (Gab. 569-III)                                  |
| <a href="#">Erika Kokay</a> PT/DF (Gab. 203-IV)                              | <a href="#">Vicentinho</a> PT/SP (Gab. 740-IV)                               |
| <a href="#">Janete Rocha Pietá</a> PT/SP (Gab. 578-III) - <b>vaga do PTB</b> |  |
| <b>PMDB</b>  |  |
| 3 vagas  | <a href="#">Íris de Araújo</a> PMDB/GO (Gab. 530-IV)                         |
|  | <a href="#">Teresa Surita</a> PMDB/RR (Gab. 250-IV)                          |
|  | <b>(Deputado do PSB ocupa a vaga)</b>  |
| <b>PSDB</b>  |  |
| Marco Tebaldi (*) PSDB/SC  | <a href="#">Rogério Marinho</a> PSDB/RN (Gab. 840-IV)                        |
| <b>(Deputado do PDT ocupa a vaga)</b>  | <b>(Deputado do PRB ocupa a vaga)</b>  |
| <b>PP</b>  |  |
| <b>(Deputado do PSD ocupa a vaga)</b>  | <a href="#">Jair Bolsonaro</a> PP/RJ (Gab. 482-III)                          |
| <b>DEM</b>   |  |
| <b>(Deputado do PSD ocupa a vaga)</b>  | <b>(Deputado do PSD ocupa a vaga)</b>  |
| <b>PR</b>  |  |
| <b>(Deputado do PSD ocupa a vaga)</b>  | <a href="#">Anderson Ferreira</a> PR/PE (Gab. 272-III)                       |
| <b>PSB</b>   |  |
| <b>(Deputado do PCdoB ocupa a vaga)</b>                                      | <a href="#">Keiko Ota</a> PSB/SP (Gab. 523-IV)                               |
|  | <a href="#">Luiza Erundina</a> PSB/SP (Gab. 620-IV)<br>- <b>vaga do PMDB</b> |
| <b>PDT</b>   |  |
| <a href="#">Manato</a> PDT/ES (Gab. 574-III)                                 | <a href="#">Flávia Moraes</a> PDT/GO (Gab. 738-IV)                           |
| <a href="#">Weverton Rocha</a> PDT/MA (Gab. 529-IV) - <b>vaga do PSDB</b>    |  |
| <b>Bloco PV, PPS</b>   |  |
| <a href="#">Arnaldo Jordy</a> PPS/PA (Gab. 376-III)                          | <a href="#">Henrique Afonso</a> PV/AC (Gab. 440-IV)                          |
| <b>PTB</b>   |  |

|   |   |
|---|---|
| <b>(Deputado do PT ocupa a vaga)</b>  | <a href="#">Josué Bengtson</a> PTB/PA (Gab. 505-IV)                           |
| <b>PSOL</b>   |   |
| <a href="#">Chico Alencar</a> PSOL/RJ (Gab. 848-IV)                         | <a href="#">Jean Wyllys</a> PSOL/RJ (Gab. 646-IV)                             |
| <b>PRP</b>  |   |
| 1 vaga  | <b>(Deputado do PSD ocupa a vaga)</b>   |
| <b>PTC</b>  |   |
| <b>(Deputado do PSD ocupa a vaga)</b>                                       | <b>(Deputado do PTdoB ocupa a vaga)</b>                                       |
| <b>PSD</b>  |   |
| <a href="#">Fernando Torres</a> PSD/BA (Gab. 462-IV) - <b>vaga do DEM</b>   | <a href="#">Fábio Faria</a> PSD/RN (Gab. 335-IV) - <b>vaga do PRP</b>         |
| <a href="#">Geraldo Thadeu</a> PSD/MG (Gab. 248-IV) - <b>vaga do PP</b>     | <a href="#">Paulo Magalhães</a> PSD/BA (Gab. 903-IV) - <b>vaga do DEM</b>     |
| <a href="#">Liliam Sá</a> PSD/RJ (Gab. 434-IV) - <b>vaga do PR</b>          |   |
| <a href="#">Walter Tosta</a> PSD/MG (Gab. 214-IV) - <b>vaga do PTC</b>      |   |
| <b>PCdoB</b>  |   |
| <a href="#">Manuela D'ávila</a> PCdoB/RS (Gab. 438-IV) - <b>vaga do PSB</b> |   |
| <b>PRB</b>  |   |
|   | <a href="#">Márcio Marinho</a> PRB/BA (Gab. 326-IV) - <b>vaga do PSDB</b>     |
| <b>PTdoB</b>  |   |
|   | <a href="#">Rosinha da Adefal</a> PTdoB/AL (Gab. 230-IV) - <b>vaga do PTC</b> |

### **Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados**

Fones: 55(061) 3216-6570 - Fax: 55(061) 3216-6580

E-mail: [cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br)

Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>

Twitter: <http://twitter.com/cdhcamara>

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II - Sala 185 A CEP 70160-900  
Brasília-DF - Brasil

## NÚMEROS DE ATIVIDADES DA CDHM

Março de 2011 a fevereiro de 2012

- 16 Reuniões deliberativas ordinárias
- 14 Seminários
- 32 Audiências públicas
- 02 Outras audiências
- 13 Diligências

## CDHM NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

### Emenda da CDHM para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 não incluiu anexo descritivo de metas e prioridades, sobre o qual as comissões costumavam apresentar suas emendas. A ausência do anexo de metas este ano foi justificado pelo Poder Executivo como resultado da reorganização do modelo de planejamento no plano plurianual dos próximos quatro anos.

Diante dessa mudança, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias optou por apresentar uma emenda sobre o artigo 4º do PLDO – o que estabelece que as metas e prioridades do Orçamento da União correspondem às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e à superação da extrema pobreza. Mas esse artigo não discrimina essas ações. A emenda oferecida pela CDHM descreve os segmentos sociais a serem priorizadas, conforme destaque a seguir:

Art. 4º. Às prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, à superação da extrema pobreza, **às políticas públicas para a mulher, a criança e o adolescente, o afrodescendente, a pessoa com deficiência, o indígena, o combate ao trabalho escravo e o segmento LGBT, abrangidos** pelo PAC e pelo programa de erradicação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

O objetivo da emenda da CDHM foi o de especificar os segmentos mais vulneráveis da população no programa de erradicação da pobreza, fortalecendo assim o PAC como instrumento de realização dos direitos humanos.



## Emendas da CDHM ao Orçamento da União/2012

### PRIORIDADES E METAS DA CDHM

As comissões permanentes da Câmara têm direito a apresentar quatro emendas aos projetos orçamentários anuais. A CDHM aproveitar de forma eficaz e transparente suas emendas. Ouviu representações da sociedade civil e órgãos governamentais executores de políticas públicas de interesse para os direitos humanos. Com base nessas demandas o plenário da Comissão escolheu suas emendas.

| 1. PROGRAMAS/AÇÕES  | VALOR PREVISTO NO ORÇAMENTO PARA 2012 | VALOR A SER ACRESCENTADO PELA EMENDA DA CDHM |
|---|---------------------------------------|--|
| <b>Programa: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SEDH)</b><br>1. Ação: Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas.  | R\$ 36.000.000,00                     | R\$ 24.000.000,00                            |
| <b>Programa: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.</b><br>2. Ação: Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais. | R\$ 5.350.000.000,00                  | R\$ 50.000.000,00                            |
| <b>Programa: Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</b><br>3. Ação: Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.      | R\$ 62.174.625,00                     | R\$ 20.000.000,00                            |
| <b>Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</b><br>4. Ação: Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.  | R\$ 20.270.966,00                     | R\$ 30.000.000,00                            |

## **EVENTOS REALIZADOS**

Audiências públicas, seminários e outros

### CDHM ABRE PAUTA DE AUDIÊNCIAS COM A MINISTRA DE DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados recebeu, no dia 06 de abril, a ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Foi a primeira audiência pública do ano na CDHM, idealizada para permitir a apresentação das prioridades da Secretaria e o debate dessas propostas com os deputados.

Na ocasião, Maria do Rosário afirmou que Direitos Humanos é tema fundamental para a presidenta Dilma Rousseff. A ministra destacou a importância da PEC 438, que cria instrumentos de combate ao trabalho escravo.

A presidenta da Comissão, deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS) defendeu a soma de esforços entre a Comissão e a Secretaria. "Precisamos trabalhar em sintonia para que os temas debatidos na Comissão sejam, de fato, pauta de ações legislativas e de ações do governo federal. Tenho certeza de que essa sintonia trará benefícios aos brasileiros, um povo que merece ter seus direitos assegurados", afirmou.

Durante a sessão, os integrantes da Comissão relataram casos de violação de direitos humanos que aconteceram em todo o país. Eles defendem a ação incisiva da Comissão no debate de casos que colocam em risco a vida de milhares de brasileiros. Entre os casos citados têm exemplos de pedofilia, crime de homofobia, espancamento de crianças e bullying em escolas.

### Empregadas domésticas

A deputada Benedita da Silva (PT/RJ) participou da audiência e afirmou que a luta do povo negro, da comunidade LGBT e tantos outros grupos negligenciados, ganhou força na CDHM. Benedita rechaçou a declaração atribuída ao ex-deputado Delfim Neto, que comparou empregadas domésticas a animais. "Sou mulher, negra, religiosa e feliz", disse Benedita.

### Manifestação

Antes da audiência pública, a Comissão recebeu no mesmo auditório uma carta de repúdio a declarações do deputado Jair Bolsonaro contra os direitos humanos. A carta foi entregue pelo presidente da União da Juventude Socialista, André Tokarski e subscrita por 24 entidades.

Para a deputada Manuela "receber a juventude na Câmara é sinal de que a Casa ainda representa os seus direitos e representa, sim, a diversidade do povo brasileiro. O dia em que a juventude não mais acreditar em

nosso papel institucional o Congresso sofrerá uma grande derrota”. Estudantes, representantes de religiões afro-brasileiras, do movimento negro, do movimento LGBT, entre outros, pediram punição ao deputado Bolsonaro, que foi notificado pela Corregedoria da Casa e tem até o dia 13 para apresentar sua defesa.

#### Apoio dos parlamentares

Os deputados Domingos Dutra (PT/MA), Edson Santos (PT/RJ), Arnaldo Jordy (PPS/PA), Chico Alencar (PSol/RJ), Jean Wyllys (PSol/RL), e as deputadas Luiza Erundina (PSB/SP) e Líliam Sá (PR/RJ) também participaram da audiência e da recepção aos jovens.

## **SAÚDE**

### COMISSÕES DEBATEM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM TRANSTORNO PSÍQUICO

As Comissões de Seguridade Social e Família; e de Direitos Humanos e Minorias realizaram, no dia 12 de abril, audiência pública para debater políticas afirmativas e de assistência para as pessoas com transtorno mental.

O encontro foi proposto pelo deputado Henrique Afonso (PV-AC). Segundo ele, o objetivo é garantir que os direitos das pessoas com transtornos mentais sejam respeitados nos campos da saúde pública, da assistência social e dos direitos humanos. O deputado afirma que, apesar dos esforços que vêm sendo feitos na área, boa parte da população que precisa de algum tipo de atendimento em saúde mental ainda está sem assistência.

Citando dados do Ministério da Saúde, Afonso diz que 3% dos brasileiros sofrem com transtornos mentais severos e persistentes, como neuroses graves, psicoses, transtornos de humor graves, dificuldade de adaptação ou deficiência mental grave. Ao todo, pelo menos 12% da população precisa de algum atendimento nessa área.

Participaram, como expositores, o coordenador da Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Roberto Tykanory Kinoshita; o secretário de Saúde de Sergipe, Antônio Carlos Guimarães Sousa Pinto, representando o Conselho Nacional de Secretários de Saúde; o integrante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Gustavo Couto; e a coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão no Sistema de Ensino do Ministério da Educação, Líliliane Garcez.

## INCIDÊNCIA DE ANEMIA FALCIFORME EM DEBATE

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou audiência pública, no dia 11 de maio, sobre a incidência de anemia falciforme no Brasil.

“A anemia falciforme é uma doença genética de maior incidência no Brasil, principalmente entre a população de origem negra”, explicaram os deputados Ricardo Quirino (PRB-BA) e Márcio Marinho (PRB-BA), autores do requerimento da audiência, que contou com representações do governo federal e da sociedade civil.

Dados da triagem neonatal mostram que no país nascem cerca de 3.500 crianças por ano com doença falciforme, sendo um bebê a cada 1.000 nascimentos. O diagnóstico precoce, acompanhamento regular e suporte social podem reduzir e evitar complicações.

Participaram, como expositores, os convidados Altair Lira, presidente da Associação Baiana de Portadores de doença falciforme; Maria Elizabeth Correia Santos, fisioterapeuta e diretora administrativa da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme no DF; Ilka Maria do Carmo, representante do Grupo de Trabalho sobre a Anemia Falciforme no Rio de Janeiro; e Silma Maria Alves de Melo, consultora da Política Nacional da Doença Falciforme do Ministério da Saúde.

## **QUILOMBOLAS**

### CDHM APOIA LEGALIZAÇÃO DE TERRA QUILOMBOLA EM GOIÁS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública, no dia 20 de abril, para debater os problemas que vêm afetando a população quilombola que vive no povoado de Mesquita, situado nas imediações da Cidade Ocidental-GO. O povoado, que fica na região do Entorno de Brasília, já teve as terras do antigo quilombo demarcadas, mas as 750 famílias remanescentes ainda não receberam os títulos de posse.

Situado a 60 quilômetros do centro da capital federal, Mesquita é remanescente dos escravos trazidos para o interior do País no ciclo da mineração, mas abandonados por volta do ano 1740. Em 2003, o governo reconheceu que a área próxima ao município goiano de Cidade Ocidental pertence aos descendentes de escravos, mas o plano diretor do município passou a considerar o local como de expansão urbana, destinado à construção de condomínios de luxo.

Segundo justificou a deputada Érika Kokay (PT-DF), ao requerer a audiência pública, “o processo de regularização do território está em andamento há sete

anos e essa demora expõe a comunidade a ameaças de grupos ligados à especulação imobiliária”.

O Incra argumenta que a demora na regularização deve-se à sua escassez de recursos humanos. Apenas 10 pessoas são responsáveis por todos os estudos e levantamentos, e por notificar as mais de 300 famílias não-quilombolas que estão no local. De acordo com o representante do Incra, Flávio do Santos, a maioria tem fugido das notificações. "Os técnicos pretendem terminar o trabalho em três meses e buscam enfrentar tecnicamente as contestações judiciais que certamente aparecerão".

A procuradora da República no Distrito Federal, Luciana Loureiro, lamentou a lentidão da Justiça para analisar as ações ajuizadas pelo Ministério Público que buscam dar mais celeridade à legalização do território. Ela informou que o Ministério Público entrou com duas ações sobre o assunto: uma, contra o Incra, ajuizada em 2008, solicitando a regularização da terra; e a outra, contra a Secretaria de Meio Ambiente de Goiás, com o objetivo de evitar a concessão de licenças ambientais. “Até hoje, as ações não deram em nada. Sequer foi fixado prazo para o Incra concluir o processo de regularização”.

A secretária de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ivonete Carvalho, lembrou que a luta dos quilombolas conta com um marco legal já consagrado na Constituição, o qual precisa ser respeitado. Ela destacou que a demora na legalização fundiária, contudo, não impede a comunidade de ter acesso a políticas públicas como o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida: “Basta a comunidade estar certificada como quilombola.”

A procuradora da Fundação Cultural Palmares, Dora Bertalho, sustentou que a demora na legalização das terras quilombolas decorre também de um movimento da própria sociedade, que duvida do merecimento dos negros: “Há um aparato absolutamente contrário, um ambiente racista, discriminador, que só percebe a população negra como mão de obra, e não como titular de direitos. Por trás das dificuldades para a legalização dos quilombolas está uma sociedade renitente, que se recusa a ver o negro como participante da direção do País.”

Participaram, como expositores, Ivonete Carvalho, secretária de Políticas para as Comunidades Tradicionais, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; José Antônio da Silva; secretário do Planejamento da Prefeitura da Cidade Ocidental/GO; Luciana Loureiro, procuradora da República no Distrito Federal; Dora Bertalho, procuradora da Fundação Cultural Palmares; Sandra Pereira Braga, líder social da Comunidade Quilombola de Mesquita-Cidade Ocidental/GO; e Roberta Martins, representante do INCRA.

## DEBATE SOBRE QUILOMBOLAS ACELERA REGULARIZAÇÃO DE DUAS COMUNIDADES REMANESCENTES

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 28 de setembro, audiência pública para discutir a situação dos quilombolas no Brasil. Ao atender a requerimento do deputado Luiz Couto (PT-PB), o debate colocou em destaque duas comunidades remanescentes de quilombo: Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais; e Fazenda Cachoeira, no Rio Grande do Sul.

Os processos de regularização dessas duas comunidades avançaram e dependiam na data da audiência pública da CDHM apenas dos últimos procedimentos na Casa Civil para a assinatura dos decretos pela presidenta da República. “A audiência mobilizou as comunidades e abriu as portas do Planalto para viabilizar a titulação das áreas”, avaliou a presidente Manuela d’Ávila, na semana seguinte, quando foram anunciadas as duas titulações.

Durante a audiência, o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República ouviu o apelo dos deputados e dos representantes dos quilombos e encaminhou, no Palácio do Planalto, a conclusão dos processos. A CDHM acompanhou de perto a finalização dos trabalhos.

O paradigma geral do debate foi a reafirmação da garantia do acesso a terra, relacionada à identidade étnica como condição essencial para a preservação das comunidades quilombolas, como uma forma de compensar a injustiça histórica cometida contra a população negra no Brasil, aliando dignidade social à preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro.

Alterar as condições de vida nas comunidades remanescentes de quilombos por meio da regularização da posse da terra, do estímulo ao desenvolvimento sustentável e o apoio as suas associações representativas são objetivos estratégicos e se faz necessário. Esse objetivo foi defendido pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), autor de requerimento para o evento.

Participaram, como expositores, o Antônio Leonel, representante de Comunidade Quilombola Fazenda Cachoeira (RS); José Carlos de Oliveira, representante da Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos (MG); Paulo Faccion, representante da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; Edmilton Cerqueira, diretor de Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Tiago Garcia, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; e Carlos Alberto, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

## SEGURANÇA PÚBLICA

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debateu, no dia 27 de abril, com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, propostas e ações do Ministério da Justiça referentes ao sistema nacional de segurança pública, o combate ao crime organizado e o sistema penitenciário nacional.

### CDHM OUVI AS MÃES DAS VÍTIMAS DA CHACINA NA ESCOLA DE REALENGO

A CDHM recebeu em audiência pública, no dia 10 de agosto, as mães e outros familiares das crianças vítimas da chacina na escola municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, zona Oeste do Rio de Janeiro. O objetivo do encontro, foi o de “avaliar o atendimento do poder público às famílias e, a partir do relato, cobrar as providências necessárias”, explicou a deputada Lilliam Sá (PR-RJ), que requereu a audiência pública.

Os deputados ouviram os relatos de familiares de quatro crianças baleadas. Eles apontaram omissões no cumprimento de compromissos relacionados a serviços de saúde, educação e moradia.

A chacina, ocorrida em abril de 2011, foi causada por um ex-aluno da escola, que abriu fogo contra alunos dentro da escola, matando 12 pessoas e ferindo 11. Depois o atirador suicidou-se.

“Meu filho foi baleado, está sem os movimentos da mão direita, sofreu bullying depois da tragédia, não consegue voltar às aulas e ainda recebi uma ligação com ameaça de reprovação por faltas”, declarou Carla Daniele Alves Ferreira, mãe do menino Carlos Matheus, que aguarda cirurgia para tentar recuperar parte dos movimentos do braço.

Carla Ferreira contou que, depois de ter sido convidada para participar da audiência pública na Câmara, representantes da prefeitura do Rio de Janeiro a procuraram oferecendo serviços. “Eu tive uma experiência na semana passada e parece que, quando a gente leva o nome de um deputado, a coisa anda mais, ganha peso, e eles correm logo para tentar solucionar o problema. Então, a gente corre atrás dos deputados para tentar acelerar o processo de ajuda”, afirmou.

Andréia Machado Monteiro, cuja filha Thayane Tavares perdeu os movimentos das pernas, revelou a dificuldade de retomar à normalidade profissional tendo que cuidar integralmente da filha, que está com sintomas de depressão, além de ainda não ter conseguido fazer uma série de exames para iniciar o processo de fisioterapia. “Alguém precisa ser punido, porque ela estava em um colégio público.

Participaram, como expositores, Adriana Maria da Silveira Machado, mãe da menina Luiza Paula, que faleceu na tragédia; Andréia Tavares Machado Monteiro, mãe da menina Thayane Tavares, que ficou paraplégica; Carla Daniele Alves Ferreira, mãe do menino Carlos Matheus, que aguarda cirurgia no braço que foi atingido pelos tiros; George Luís Bonifácio de Sousa, coordenador do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares; Valdecir José Pereira, pai do menino Luan, que estava correndo risco de ficar cego.

A deputada Liliam Sá confirmou que autoridades do Rio de Janeiro aceleraram a prestação dos serviços às famílias após a audiência pública em Brasília.

### Juízes e outros servidores públicos ameaçados por cumprir o dever

Audiência pública das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado debateu propostas para melhorar a segurança de membros da magistratura, do ministério público e de outras instituições que estão com sua segurança pessoal comprometida por ameaças de criminosos.

O caso mais recente a preocupar a segurança desses servidores foi o assassinato brutal da juíza Patrícia Acioli, ocorrido no dia 11 de agosto, em Niterói, por policiais de um grupo de extermínio, contrariados com as investigações e prisões determinadas pela magistrada.

A audiência foi requerida pelo deputado Domingos Dutra (PT-MA), que considerou fundamental no combate à impunidade a garantia de segurança aos servidores públicos em risco por cumprir seu dever de ofício.

Os representantes de entidades de classe cobraram a criação de órgãos especializados para prestar segurança para magistrados e outros servidores em risco decorrente do exercício de suas atribuições profissionais.

Foi lembrada a emboscada em que foram executados, em 28 de janeiro de 2004, os auditores do Ministério do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares, Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, quando vistoriavam as condições de trabalho e moradia de colhedores de feijão. Até hoje mandantes e executores da chacina estão sem julgamento. A data do crime tornou-se o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Participaram, como expositores, os delegados de Polícia Federal Marco Aurélio Pereira de Moura e Carlos Henrique Maia Barbosa, ambos representando o ministro da Justiça; o Juiz Nicolau Lupianhes Neto, representando a ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça; o juiz Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; o juiz Luis Martius Holanda Bezerra Jr., diretor



da Secretaria de Segurança dos Magistrados da Associação dos Magistrados do Brasil - AMB; o promotor César Bechara Nader Mattar Júnior, presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; o procurador Alexandre Camanho de Assis, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; e o advogado Marcos Vinícius Furtado Coelho, secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

## **TRABALHO ESCRAVO**

### ATO PÚBLICO LANÇA COMUNIDADE NA INTERNET CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

A CDHM realizou, em parceria com a Frente Parlamentar contra o Trabalho Escravo e a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, ato público para o lançamento da comunidade na internet Pela Aprovação da PEC 438 – Contra o Trabalho Escravo. O evento ocorreu no dia 12 de maio, data escolhida pela presidente da CDHM, Manuela d'Ávila, por ser véspera do aniversário da Lei Áurea.

A Proposta de Emenda à Constituição PEC – 438/2001, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, estabelece a pena de perda da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo. Depois de dez anos de tramitação, a matéria está pronta para votação em segundo e definitivo turno pelo plenário da Câmara dos Deputados. Manuela d'Ávila afirmou não ter dúvidas: “uma das maiores pendências do Parlamento brasileiro para com a agenda dos direitos humanos é a aprovação desta PEC”.

A PEC figura nas relações de prioridades não só da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), que reúne órgãos de estado e sociedade civil. Também está na pauta das organizações de direitos humanos, movimentos sociais e de promoção da cidadania, além de ser objeto de uma das mais ativas Frentes Parlamentares, que se renova a cada ano.

Afinal, o trabalho indigno, em condições análogas à escravidão, persiste como uma sombra do passado, a manchar a imagem do Brasil no mundo. Milhares de brasileiros continuam a sofrer na pele as agruras dessa violação de direitos humanos condenada em tratados internacionais de que o país é signatário.

### **E-Democracia**

O instrumento recém-criado pela Câmara dos Deputados de interação com a sociedade denominado E-Democracia, consiste na criação de comunidade na Internet com acesso às redes sociais, podendo utilizar várias

ferramentas auxiliares, como a discussão de ideias sobre o assunto da comunidade por meio de fóruns, bate-papo virtual (chat) e realização de enquetes.

A CDHM, que administrará a comunidade, enviará periodicamente um relatório sobre o conteúdo dos debates, número de participantes e outras informações relevantes aos membros do colegiado parlamentar e à Presidência da Câmara dos Deputados, à qual compete, ouvido o Colégio de Líderes, pautar a PEC para a votação decisiva.

Participaram, como expositores, os convidados, Cristiano Ferri Soares de Faria, servidor do Departamento de Comissões da Câmara, um dos responsáveis pela gestão do Portal E-Democracia; José Guerra, coordenador-geral da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-CONATRAE; deputado Alessandro Molon, representante da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo; jornalista Leonardo Sakamoto, representante da organização Repórter Brasil e membro da Executiva da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; deputado Domingos Dutra, representante da Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo e 1º vice-presidente da CDHM; Erlan José Peixoto do Prado, procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

#### ZARA E OUTROS CASOS DE TRABALHO ESCRAVO COM ESTRANGEIROS NO BRASIL E BRASILEIROS NO EXTERIOR

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 14 de setembro, audiência pública para avaliar situação e definir propostas de enfrentamento das violações de direitos humanos de trabalhadores estrangeiros no Brasil e do tráfico de brasileiros para exploração em outros países.

O evento atendeu a requerimento da deputada Manuela d'Ávila (PC do B-RS), sobre o trabalho escravo de bolivianos e peruanos na indústria do vestuário, inclusive a serviço de grifes internacionais, como a Zara. Também atendeu a requerimento dos deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Geraldo Thadeu (PPS-MG), para debater a exploração sexual e assassinato de brasileiros traficados para outros países.

“A Comissão pode contribuir na superação dessas violações com a mobilização de defensores dos direitos humanos e iniciativas de responsabilidade social com as empresas”, explicou a presidenta do colegiado parlamentar”.

O diretor global e o diretor no Brasil das Confecções Zara apresentaram em primeira mão um compromisso com vários itens, incluindo regularizar a situação junto às terceirizadas responsáveis pela contratação direta dos operários. O compromisso foi posteriormente homologado junto ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho.

O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) cobrou uma ação mais eficaz para coibir a exploração sexual e assassinato de brasileiros levados a outros países por quadrilhas especializadas, sendo que alguns acabam assassinados.

O representante do Instituto Migrações e Direitos Humanos, ex-deputado Orlando Fantazzini, lembrou que tramitam na Câmara dos Deputados duas matérias fundamentais para atualizar a legislação na área: a Convenção Internacional dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias e o PL 655/2009, que cria nova política nacional para migrações internacionais. Ele pediu um esforço especial do Congresso Nacional para priorizar essas votações. A CDHM tem acompanhado o assunto desde 2006, atuando na campanha para que o Brasil seja um dos 20 primeiros países a assinar a Convenção da ONU sobre os trabalhadores migrantes.

Participaram, como expositores, os convidados, Enrique Huerta González, diretor-geral das Confecções Zara no Brasil; Jesus Echevarria, diretor global de Assuntos Corporativos do Grupo Inditex, do qual a Zara faz parte; Fernanda Alves dos Anjos, diretora do Departamento de Justiça da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Orlando Fantazzini, representante do Centro de Direitos Humanos de Guarulhos e do Instituto Migrações e Direitos Humanos; Luís Alexandre de Faria, auditor Fiscal do Ministério do Trabalho de São Paulo e Coordenador da Investigação que flagrou trabalho escravo em empresas terceirizadas da Zara; Adriana Telles Ribeiro, diplomata representante da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty; e Ronaldo Moris Masijah, diretor da Central de Serviços e membro do Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria Têxtil, Confecção e Vestuário da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo.

## **QUESTÕES INTERNACIONAIS**

### COMISSÃO DEBATE DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 4 de maio, audiência pública sobre a agenda do Estado Brasileiro em 2011 nos sistemas ONU, OEA e Mercosul de Direitos Humanos.

O evento teve parceria com o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, formado por organizações da sociedade civil e do estado, e contou com a participação de expositores representando o Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Direitos Humanos e Procuradoria-Geral da República.

Segundo a deputada Manuela d'Ávila, autora do requerimento para a audiência pública, “neste começo do governo da presidenta Dilma Rousseff, que tem conferido relevância aos direitos humanos nas posições brasileiras em foros internacionais, é oportuno o diálogo transparente em torno desses temas”.

A Constituição Federal estabelece, em seu Art. 4º, que os direitos humanos devem ter prevalência nas relações exteriores do Brasil. Assim, conhecer e opinar sobre as principais linhas de atuação do país nos sistemas de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Mercosul é parte das atribuições da CDHM e objeto de interesse da sociedade civil.

A Comissão é parceira do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE), formado por dezenas de organizações da sociedade civil e órgãos estatais atuantes nos assuntos dessa interface. O Comitê consolidou-se como fórum de acompanhamento da política externa no que concerne aos direitos humanos no Brasil.

O CBDHPE lançou, no marco das eleições presidenciais de 2010, uma Agenda Mínima com 10 compromissos em direitos humanos e política externa aos candidatos à presidência. A campanha da então presidenta Dilma Rousseff aderiu prontamente aos compromissos. Desse modo, a referida audiência pública visou também discutir, com os representantes do Executivo, medidas no sentido da implementação desta agenda mínima de objetivos assumidos pela então candidata e hoje presidenta da República.

#### COMISSÕES ACUSAM DESRESPEITO À CONVENÇÃO SOBRE SINDICALIZAÇÃO

As Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Trabalho, Administração e de Serviço Público, realizaram audiência pública conjunta, no dia 07 de junho, para discutir formas de coibir “práticas antissindicais em desacordo com a Convenção 98, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva.

O debate foi proposto pelos deputados Assis Melo (PC do B-RS), Manuela d'Ávila (PC do B-RS) e Jô Moraes (PC do B-MG). “Ações antissindicais afrontam o direito da organização sindical e, embora condenável, vem sendo reiteradamente praticada em diversas empresas”, avaliam os parlamentares no requerimento.

Discriminações a trabalhadores sindicalizados, pressões para dessindicalização, uso constante do mecanismo da demissão de participantes de ações sindicais, restrições a reuniões e a outras formas de organização dos trabalhadores são apenas alguns exemplos dessas práticas. “Não são isolados os casos em que até mesmo a violência física é empregada

para essas finalidades. Todas afrontam abertamente as disposições da Convenção 98, da OIT, da qual o Brasil é signatário”, apontam os deputados.

Participaram, como expositores, o procurador do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul, Ricardo Wagner Garcia; o representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Antônio Lisboa; - o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Osmani Teixeira de Abreu; o representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Magnus Ribas Apostólico; o representante da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) Nivaldo Santana; o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Pedro Armengol; o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP); e o representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Francisco Calasans Lacerda.

## **DIVERSIDADE**

### CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA POLARIZA DEBATES NO VIII SEMINÁRIO LGBT

As comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Legislação Participativa; e de Educação e Cultura, juntamente com a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, realizaram, no dia 17 de maio, o VIII Seminário Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais) no Congresso Nacional. Entre os convidados estavam os ministros da Educação, Fernando Haddad; da Saúde, Alexandre Padilha; e da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário.

Foram debatidos os principais temas da agenda LGBT, como o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia, políticas públicas voltadas para LGBT e a necessidade de atuação do Legislativo nessas questões. O evento foi realizado durante as comemorações do Dia Internacional de Luta contra a Homofobia.

As discussões do evento, que teve como slogan “Quem ama tem o direito de casar – pela aprovação da PEC do Casamento Civil entre Homossexuais”, também abordou os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer a união estável em relacionamentos homoafetivos.

O deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), um dos organizadores do evento, explicou que “o objetivo dos militantes envolvidos na causa foi fazer com que o direito ao casamento gay e as garantias decorrentes dessa união saiam da esfera do Judiciário e ganhem força de lei”.

Segundo a presidente da Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Adriana Galvão, a interpretação do Supremo sobre a união homossexual foi “construtiva”. Para ela, a

decisão não significa que o Congresso não deva legislar e aprovar o casamento homossexual.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), esclareceu que a luta por direitos LGBT não inclui o casamento religioso entre homossexuais. "Cada igreja faz o casamento segundo suas regras. O que se quer é que todos os cidadãos tenham a mesma lei, os mesmos direitos perante o Estado, inclusive o de casamento civil", afirmou.

Após o seminário o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (ABGLT), Toni Reis, entregou à presidenta em exercício da Câmara dos Deputados, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) e à senadora Marta Suplicy (PT-SP), 1ª vice-presidenta do Senado Federal abaixo-assinado com cerca de 100 mil assinaturas em apoio ao Projeto de Lei 5003/01, da ex-deputada Iara Bernardi (PT-SP), que criminaliza a homofobia. Já aprovada pela Câmara, a proposta está no Senado (PLC 122/06).

Representantes de entidades representativas da comunidade LGBT de todo o país participaram do seminário. Entre os expositores, estavam, entre outros, a senadora Marta Suplicy, a cantora e apresentadora de TV Preta Gil; a cantora Vanessa Camargo; Adriana Galvão, presidenta da Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB; Toni Reis, presidente da ABGLT; Ramaís de Castro Silveira, secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos; André Fisher, jornalista e diretor-executivo da revista Junior e criador do Mix Brasil; José Carlos Silva, jornalista e criador da Revista S, do Rio de Janeiro.

#### SEMINÁRIO DISCUTIU PROPOSTAS DO MOVIMENTO LGBT PARA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

As Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Legislação Participativa e de Educação e Cultura, se uniram na organização de seminário, no dia 23 de novembro, para debater o Plano Nacional de Educação – Mobilização nacional por uma Educação Sem Homofobia.

A inclusão de conteúdos sobre orientação sexual e diversidade de gênero nos currículos escolares e na formação de professores representa a principal reivindicação do movimento LGBT para o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10). A informação é do diretor da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Beto de Jesus, que participou de seminário nesta quarta-feira (23) na Câmara. Em discussão no Congresso, o PNE estabelece metas para o período de 2011 a 2020.

Beto de Jesus ressaltou que, na versão atual do plano, consta apenas uma estratégia sobre o assunto – a que prevê a adoção de políticas de prevenção da evasão escolar por motivo de preconceito e discriminação em função de

orientação sexual. “Temos de nos mobilizar para incluir ações mais efetivas, pois isso fica na dependência da vontade política dos governantes e pode nunca ser executado”, sustentou.

De acordo com o diretor da ABGLT, todas as metas defendidas pelo movimento foram aprovadas na Conferência Nacional de Educação Básica, tanto em 2008 quanto em 2010. “As demandas não são de gays, de lésbicas, de travestis, mas de educadores e educadoras, aprovadas em duas grandes conferências”, frisou.

Educação de qualidade tem de ser plural. A presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), ressaltou que as entidades que representam a população LGTB “dão um salto muito grande quando propõem a inclusão do combate à homofobia no PNE”. Na opinião da parlamentar, a educação representa o “principal instrumento para garantir o Brasil diverso, que luta pelo combate às desigualdades”.

Representante da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara, o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) destacou que o objetivo da população LGBT é discutir a qualidade da educação para todos. “Queremos debater educação de qualidade, que requer melhor formação de professores, salários dignos, mas também requer um currículo para formação de cidadãos que respeitem a dignidade e a diversidade”, sustentou.

### Homofobia

Segundo a coordenadora de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Miriam Abramovay, o trabalho de conscientização nas escolas deve começar o mais cedo possível, pois quanto mais jovem os alunos, mais homofóbico ele se apresenta. Estudo coordenado por ela em 2009 mostrou que, entre estudantes de 11 anos de idade, 48,7% manifestaram preconceito contra homossexuais. Na faixa de 13 a 14 anos, o índice cai para 38,4%.

O mesmo levantamento apontou que os homens são mais homofóbicos que as mulheres. Dos estudantes do sexo masculino pesquisados, 45% disseram que não gostariam de ter colega de classe homossexual, contra apenas 15% das meninas.

Em trabalho anterior, 55% dos homens ouvidos relataram que não gostariam de ter um vizinho gay. Entre as mulheres, o índice foi de 40%. Um terço dos entrevistados se disse indiferente. “Observamos que, quase sempre, indiferente quer dizer sim, o que torna esses números muito chocantes”, explicou.

### Criminalização

Para a pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), Débora Diniz, a criminalização da homofobia representa um

instrumento para a garantia da igualdade. A especialista destacou ainda que “não há sistema de crença que legitime a homofobia, porque nenhuma religião autoriza o discurso do ódio, muito menos na escola”.

Apesar disso, uma pesquisa conduzida por ela mostrou que os livros de ensino religioso utilizados nas escolas brasileiras apresentam conteúdo homofóbico e discriminatório. Para a pesquisadora, essa é uma questão fundamental que o País deverá enfrentar: o lugar da religião no Estado laico.

Na concepção da especialista, estabeleceu-se no Brasil a ideia de que o “pacto religioso” é anterior ao político, e, por isso, o Estado “não pode botar a mão” em assuntos religiosos. Para ela, no entanto, trata-se de um equívoco. “Se está na escola pública, o Poder Público precisa controlar.”

O seminário “Plano Nacional de Educação - mobilização nacional por uma educação sem homofobia” foi promovido pelas comissões de Legislação Participativa; de Direitos Humanos e Minorias; e de Educação e Cultura.

Participaram, como expositores, Dra. Débora Diniz, pesquisadora do Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, que falou sobre o tema: “Homofobia: causas e consequências”; Dra. Miriam Abramovay - coordenadora de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americano de Ciências Sociais, que falou sobre o tema: “Dados da Homofobia nas Escolas”; Beto de Jesus – diretor da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, que falou sobre o tema: “Demandas da ABGLT para o Plano Nacional da Educação”; Gustavo Bernardes, coordenador-geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Secretaria de Direitos Humanos, que falou sobre o tema: “Educação e Direitos Humanos”.

## **CRIANÇA E ADOLESCENTE**

### SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEBATE EXPERIÊNCIAS DE LEGISLAÇÃO CONTRA CASTIGOS CORPORAIS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a Embaixada da Suécia, realizou, no dia 19 de maio, seminário sobre experiências de legislação contra castigos corporais de crianças e adolescentes. O objetivo foi conhecer alternativas para a proteção das crianças contra a violência física doméstica, contribuindo na tramitação do Projeto de Lei nº 7.672/2010, de autoria do Governo Federal, que formaliza e define o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de qualquer forma de violência, castigo cruel ou humilhante. Suécia, Costa Rica, Venezuela e Uruguai, entre outros países, que já adotaram leis nesse sentido.



A cerimônia de abertura do seminário contou com a presença da Rainha Sílvia, da Suécia, e da apresentadora Xuxa Meneghel, porta-voz da Rede Não Bata, Eduque (RNBE), Maria do Rosário, ministra da Secretaria de Direitos Humanos; Marta Santos Pais, representante especial da ONU sobre Violência contra Crianças; deputada Rose de Freitas, presidente em exercício da Câmara dos Deputados; Ulrika Carlsson, membro do Parlamento Sueco; Annika Markovic, embaixadora da Suécia no Brasil; Elisabeth Dahlin, secretária-geral da organização não-governamental Save the Children Sweden; Marie-Pierre Poirier, representante do UNICEF no Brasil.

Como expositores, participaram do primeiro painel, “Estudos e Marco Legal sobre Castigos Corporais contra Crianças e Adolescentes”, Paulo Sergio Pinheiro, consultor internacional e ex-ministro dos Direitos Humanos; Staffan Janson, professor da University of Karlstad, Suécia; Ulrika Carlsson, membro do Parlamento Sueco; Berta Sanseverino, deputada do Uruguai, e Érika Kokay (PT-DF), deputada federal do Brasil, membro da CDHM. O moderador da mesa foi o deputado federal Osmar Terra (PMDB-RS).

Participaram, como expositores do segundo painel, “Mobilização no Enfrentamento dos Castigos Corporais contra Crianças e Adolescentes”, Marta Santos Pais, representante especial da ONU sobre Violência contra Crianças; Carlos Trapani, coordenador do Programa CECODAP, Venezuela; Eva Waltré, da Organização para os Direitos das Crianças na Sociedade, Suécia; Milena Grillo, diretora executiva da Paniamor, Costa Rica; e Liliam Sá (PR-RJ), Deputada Federal no Brasil, membro da CDHM. A moderadora da mesa foi Angélica Goulart, representante da Rede Não Bata, Eduque.

#### COMISSÕES SE UNEM PARA PROPOR MEDIDAS CONTRA O TURISMO SEXUAL INFANTIL

A CDHM e a Comissão de turismo e Desporto realizaram, no dia 25 de maio, seminário sobre políticas públicas de combate à exploração sexual infantil e ao turismo sexual. A idéia foi debater e levantar propostas para qualificar as políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes tendo em vista os grandes eventos esportivos, entre outros, nos próximos anos no Brasil. O requerimento do seminário foi de iniciativa das deputadas Manuela d’Ávila (PC do B-RS), Liliam Sá (PR-RJ) e do deputado Luiz Couto (PT-PB).

Tanto participantes convidados quanto deputados reforçaram a premissa de que é fundamental implementar mudanças culturais para coibir o abuso de menores. Para o consultor da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, Renato Roseno, apenas punições mais severas não resolve o problema, é necessário inverter a lógica vigente para colocar a dignidade das vítimas no centro do sistema.

Na opinião do especialista, a lei deveria prever, por exemplo, a suspensão do tempo de prescrição dos crimes para que a vítima possa decidir depois de adulta se quer ou não enfrentar o processo legal. Atualmente, as regras processuais são as mesmas para casos que envolvem menores e adultos. “Com essa lógica de crime e castigo, a criança fica ao léu”, sustenta.

Para a expositora Thais Faria, consultora da Organização Internacional do Trabalho, “enquanto não se abolir a mentalidade escravocrata e mudar os estereótipos vigentes, não adianta ter a melhor lei do mundo”. Thais defende que as crianças exploradas “são invisíveis, ou, quando aparecem, incomodam” e são abusadas porque os exploradores acham que elas não têm valor.

Para a especialista, a melhor forma de combater o problema é por meio da alteração de princípios. “Enquanto a sociedade for estratificada, com pessoas de maior qualidade, de menor qualidade e de qualidade nenhuma, vai continuar sem encontrar o caminho para a democratização dos direitos.”

No entanto, Thais reconhece a importância do aprimoramento legal. Segundo disse, de 2005 a 2011, houve grandes mudanças no Código Penal, “o que é raro”. Dentre os principais progressos, ressaltou a tipificação da exploração sexual de meninos e meninas como crime, assim como o estupro de vulnerável, independentemente do sexo. “Tem também a definição desse tipo de conduta pela internet, o que era uma dificuldade.”

A diretora da ONG da Davida, Gabriela Leite, também acredita que a melhor forma de combater a exploração sexual de menores é por meio da conscientização. De acordo com ela, o maior número de casos de exploração envolve brasileiros, na maioria das vezes, da própria família da vítima. De acordo com a militante, levantamento realizado pela Davida em todos os relatórios do Disque Denúncia, desde 1997, mostra que somente 0,68% dos registros referem-se a turismo sexual.

Gabriela sustentou ainda que o relatório da CPI da Câmara e do Senado, que tratou do assunto, traz 79 casos comprovados, de exploração. Desses, segundo afirma, apenas 4,2% relacionavam-se ao turismo sexual. “Os casos restantes envolviam a presença de políticos, juízes, pastores e de um padre”, disse.

Já a representante da ONG "Coletivo Mulher Vida", Rosana França, ressaltou uma faceta inesperada do crescimento econômico, que leva obras para o interior do País – o possível aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes. De acordo com ela, “onde tem muitas obras para a Copa no interior de Pernambuco, há um contingente enorme de adolescentes grávidas”.

## CDHM REALIZA SEMINÁRIO SOBRE JUVENTUDE E CULTURA

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, em parceria com a CUFA – Central Única de Favelas, no dia 17 de agosto, o Seminário “Juventude e Cultura”, com a finalidade de debater, com gestores públicos, entidades juvenis e de direitos humanos, além de parlamentares, ações e instrumentos que franqueiem o acesso aos meios de produção e fruição de cultura aos jovens brasileiros das camadas socialmente vulneráveis.

Transmitido online pelo eDemocracia, mecanismo de interação pela internet da Câmara dos Deputados com os cidadãos, o evento teve como público-alvo internautas que atuam nos movimentos juvenis, comunitários e de direitos humanos, além de entidades que desenvolvam ações para jovens.

Este seminário, junto a outro realizado no dia 26 de setembro em Porto Alegre, objetivou refletir sobre a relação entre Juventude, Direitos Humanos e Desenvolvimento. Ambos contaram com a parceria da CUFA – Central Única de Favelas. O programa eDemocracia, da Câmara, criou interface na página da CDHM na internet para participação online e intervenções sobre o tema.

A deputada Manuela d’Ávila, autora do requerimento para os seminários, defendeu a necessidade de “inclusão da juventude em políticas públicas de direitos humanos”. Ao lembrar que os brasileiros entre 15 e 24 anos somam hoje 34 milhões de pessoas, a deputada afirmou que “a maioria desses jovens sofre com a desigualdade social, tem dificuldade de acesso à educação de qualidade, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao atendimento de saúde adequado. É o segmento mais atingido pela violência e pela discriminação racial, social, etária, sexual. Por outro lado, esses jovens são plenos de potenciais. Como quaisquer jovens de qualquer classe, são criativos e capazes. Muitos são exemplos de superação”.

Participaram, como expositores, Vitor Ortiz, secretário executivo do Ministério da Cultura, Hamilton Pereira, secretário de Cultura do Distrito Federal, Jurema Machado, coordenadora de Cultura da Unesco no Brasil e Paulo Ávila, da Central Única de Favelas – CUFA.

## JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL É TEMA DE DEBATE EM PORTO ALEGRE

O segundo evento da série Juventude, Direitos Humanos e Desenvolvimento teve lugar na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, no dia 26 de setembro. Iniciativa da CDHM e da CUFA, o seminário refletiu sobre a participação dos jovens no desenvolvimento econômico tendo como referências o exercício de direitos e a existência de territórios definidos.

O jovem se depara nas suas buscas com territórios geográficos, econômicos, sociais e culturais, que conformam sua possibilidade de

participação. “Na relação com o território em que circula e vive, a juventude enfrenta o desafio da mobilidade urbana, o acesso a equipamentos públicos, a realidade das zonas rurais, a proteção do meio ambiente e a interação com as culturas locais. Desta forma, o território configura-se como lugar social, com suas próprias características e desafios”, explica a ementa de orientação do debate.

Na oportunidade, a presidenta da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Sofia Cavedon, destacou a importância do debate, que considera estratégico. “A juventude ainda não tem um olhar integral e com a transversalidade necessária. As ações ainda são fragmentadas, o que dificulta muito a conquista de bons resultados”, disse.

A deputada Manuela d’Ávila, autora do requerimento dos seminários, lembrou, no debate, que juventude é fase de transição. De acordo com a parlamentar, há muitos desafios a serem vencidos para o avanço no acesso dos jovens aos direitos, sua ocupação de espaços e a conquista de seu papel no desenvolvimento nacional.

“Se é verdade que temos um cenário favorável, também é verdade que não conseguimos pensar o tema das cidades e a juventude. Quando interage com o território, os jovens exercitam a sua cidadania e, ao mesmo tempo, passam a refletir de forma crítica sobre o desenvolvimento sustentável e as formas de apropriação do ambiente em que vive, estuda, trabalha ou se diverte. Além disso, é um desafio integrar as políticas de juventude a partir do território, promovendo iniciativas e espaços de convivência para que a juventude possa se encontrar e trocar experiências”, concluiu a presidenta da CDHM.

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA INVESTIGA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA

A CDHM realizou audiência pública, no dia 20 de outubro, para discutir um novo marco legal destinado a garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes em locais de grandes obras de infraestrutura.

“Esses ambientes tem se tornado frequentemente propícios à exploração do trabalho infantil e, posteriormente, à exploração sexual de crianças e adolescentes. Por isso, são necessários novos instrumentos capazes de garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes em locais de grandes empreendimentos”, defendeu a deputada Érika Kokay (PT-DF), autora do requerimento da audiência pública.

Participaram, como expositores, Joacy de Deus, coordenador do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos; Estela Scandola, representante do Comitê de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de

Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul; Luiz Fernando Nova Farzon, professor da Universidade Federal de Rondônia; Renato Roseno, representante do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; e Maria Lúcia Leal, professora da Universidade de Brasília.

A partir dessa audiência, membros da CDHM deslocaram-se para o Estado de Rondônia, para conhecer de perto a situação dos canteiros de obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, nas quais foram verificadas situações graves de vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

### **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

#### CDHM DEBATE O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA “VERSUS” INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A CDHM debateu, em audiência pública no dia 06 de julho, o tema: Benefício de Prestação Continuada – Lei Orgânica da Assistência Social – versus a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Os expositores foram Maria Aparecida Gurgel, subprocuradora-geral do Trabalho; Carlos Aparício Clemente, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região e coordenador das ações do sindicato com relação a inclusão da pessoa com deficiência no setor metalúrgico, Moisés Bauer Luiz, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos; Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e Maria José de Freitas, diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O evento atendeu a requerimentos das deputadas Rosinha da Adefal (PT do B-AL) e Érika Kokay (PT-DF). As deputadas defenderam aplicações da lei e implementação de políticas públicas que associem o instrumento do BPC – Benefício de Prestação Continuada com a inclusão no mercado de trabalho, indicando a complementaridade entre as duas estratégias de garantia de direitos humanos das pessoas com deficiência.

#### DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA NO TRANSPORTE AÉREO

Audiência pública da CDHM debateu, no dia 10 de agosto, as dificuldades das pessoas com deficiência e ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo. O autor do requerimento da audiência pública, deputado Walter Tosta (PMN-MG), apontou as falhas de planejamento nas empresas aéreas e

aeroportos que resultam em restrições de direitos a um segmento importante dos usuários do transporte aéreo, no momento de expansão desse modal em todo o país.

A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), tetraplégica, descreveu o episódio em que ela foi envolvida ao desembarcar de um avião sem elevador de acesso, lembrando que situações embaraçosas são comuns para as pessoas com deficiência quando viajam de avião.

Como expositores, participaram Ângela Cunha, coordenadora geral de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da SDH; Alcebíades Adil Santini, vice-presidente da Associação Nacional em Defesa dos Passageiros do Transporte Aéreo - ANDEP; João Márcio Jordão, diretor de Aeroportos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; José Felinto, presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo – CONUT; comandante Ronaldo Jenkins, diretor-técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas - SNEA; David da Costa Faria Neto, superintendente de Segurança Operacional da Agência Nacional de Aviação – ANAC; e Dadino de Oliveira Filho, representante da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo.

Os representantes de órgãos públicos e das empresas aéreas assumiram o compromisso de encaminhar propostas de qualificação dos serviços de modo a melhorar a acessibilidade da pessoa com deficiência no transporte aéreo de passageiros.

## **ANISTIA**

### REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS PELO GOVERNO COLLOR É AVALIADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CDHM debateu em audiência pública, no dia 12 de junho, o tema “Demitidos pelo Governo Collor – os desafios do Estado Brasileiro para cumprimento da Lei 8.878/94”.

Participaram, como expositores, Duvanier Paiva Ferreira, secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento; Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - consultor-geral da União; Neleide Abila, representante da Advocacia-Geral da União (AGU) na Comissão Especial Interministerial; Ludmila Reis Brito Lopes, procuradora do Trabalho junto ao TRF-10ª Região; Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral; Ulisses Borges de Rezende, advogado do SINDSEP/DF; Luiz Gonzaga Mariano de Souza, assessor especial da Reitoria da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI; Dinamar Cely Hoffmann, procuradora regional do Trabalho;

Joalita Queiroz de Lima, diretora do SINDSEP/DF; Oton Pereira Neves, secretário-geral do SINDSEP/DF.

A Lei 8878/94 foi sancionada pelo ex-presidente Itamar Franco para garantir o retorno dos servidores públicos demitidos injustamente por Fernando Collor de Mello. Somente a partir de 2007, com a contribuição da CDHM, a lei começou a ser cumprida, ainda com resistências em órgãos da administração. Restam agora poucos processos a serem analisados pela Comissão Especial Interministerial.

Entretanto, muitos demitidos, depois de reassumir seus antigos postos, tornaram-se novamente alvos de preconceitos, assédio moral e perseguições. Outros não tiveram garantidos direitos trabalhistas de equiparação salarial, passando a perceber remuneração inferior ao devido.

Buscar compromissos de superação dos problemas na reintegração dos anistiados e avaliar de modo global o retorno dos anistiados foi o objetivo da audiência, requerida pela deputada Manuela d'Ávila (PC do B-RS). "Foi um momento significativo de avanço no processo de anistia desses servidores públicos federais", avaliou a presidente da CDHM.

#### DIREITOS HUMANOS AVALIAM OS 32 ANOS DA LEI DA ANISTIA

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 31 de agosto, audiência pública alusiva aos 32 anos da promulgação da Lei 6.683 (Anistia Política) editada em 28 de agosto de 1979 para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelos governos militares. O presidente da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, foi o expositor convidado.

O evento serviu também para se somar no esforço de aprovação e sanção da lei, pela presidente da República, que viria a criar a Comissão da Verdade

Passados 32 anos desde a edição da Lei da Anistia Política, o tema continua atual, ensejando debates inclusive no Congresso Nacional, lançamento de obras e matérias na imprensa. O alcance da lei é questionado por defensores dos direitos humanos, pois ao anistiar indistintamente militantes políticos e agentes públicos acusados de tortura, desaparecimentos forçados e assassinatos, a lei da anistia conflita com o princípio de imprescritibilidade desses crimes contra a humanidade, estabelecidos em tratados internacionais.

A Lei da Anistia foi promulgada em 1979 após a maior mobilização popular desde as medidas de exceção decretadas pelos governos da ditadura. A lei representou naquele momento uma conquista democrática, pois garantiu, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao país, o restabelecimento

de direitos políticos e a volta ao serviço de funcionários da administração pública civis e militares excluídos de suas funções durante a ditadura de 1964 a 1985.

Em 2002, nova lei ampliou os direitos dos anistiados, estendendo sua validade ao período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 e alcançando os que foram impedidos de exercer atividades políticas. Além de indenizações, avaliadas caso a caso, os beneficiados passaram a contar com a garantia de contagem do tempo em que estiveram forçados ao afastamento de suas atividades profissionais.

Cabe à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça o exame e decisão dos requerimentos de cidadãos, restaurando a verdade factual que levou às punições de cada um deles. Daí a importância de se avaliar o andamento dos processos de anistia com o presidente do referido órgão do Ministério da Justiça, por iniciativa da deputada Manuela d'Ávila (PC do B-RS), autora do requerimento do evento.

## MULHERES

### CDHM debate políticas públicas de erradicação da extrema pobreza

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 24 de agosto, audiência pública para tratar sobre o tema “Políticas públicas de erradicação da extrema pobreza, **em especial seu impacto sobre as mulheres**”.

Participaram, como expositores, a ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; e Ana Fonseca, secretária extraordinária para Superação da Extrema Pobreza e Coordenadora do Plano Brasil sem Miséria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foram expostas e debatidas as principais metas do governo da presidenta Dilma Rousseff para a erradicação da extrema pobreza, bem como seu impacto para a situação dos direitos humanos no país.

O evento atendeu a requerimentos de autoria das deputadas Janete Rocha Pietá (PT-SP), Manuela d'Ávila (PC do B-RS) e do deputado Henrique Afonso (PV-AC).

## NOVAS DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS

### CDHM debate biopolítica e sociedade de controle

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 1º de setembro, o seminário “Direitos humanos, biopolítica e sociedade de



controle”. Foram convidados os professores Peter Pál Pelbart, da PUC-SP, e Sérgio Amadeo da Silveira, da Universidade Federal do ABC Paulista.

O debate foi proposto pela presidente da comissão, deputada Manuela d’Ávila (PCdoB-RS). Ela cita o filósofo Toni Negri, que previu, com o advento da revolução nas tecnologias das informações, profundos efeitos na vida econômica, social e cultural em todo o mundo. “Parece-nos necessária a reflexão, por todos os defensores de direitos humanos, sobre a emergência das relações de trabalho decorrentes dessas inovações, bem como suas implicações em outros aspectos dos direitos individuais e coletivos”, diz a deputada.

“Se, de um lado, é possível antever uma democratização do acesso à informação e ao conhecimento, por outro, a coleta e concentração de informações pelas corporações que controlam a criação e a operação cibernéticas permite grau de influência inédito sobre a vida das pessoas, sem que haja uma consciência geral a esse respeito, e nem mesmo uma regulação dessas atividades”, acrescentou.

### A força do capitalismo cognitivo e seus efeitos nos direitos humanos

Este debate da série dos temas emergentes para os direitos humanos foi realizado pela CDHM no dia 29 de setembro. Proposto pela deputada Manuela d’Ávila (PCdoB/RS), o seminário colocou em discussão os mecanismos pelos quais o capitalismo cognitivo apropria-se da capacidade de produção do indivíduo não somente no local de trabalho. O envolvimento do empregado tende a ser absoluto, sem limites no espaço, no tempo e mesmo limites de natureza moral.

Agora outros aspectos da vida passam a se relacionar com o modo de produção, social, política e culturalmente, de forma que o capitalismo passa a utilizar-se das suas capacidades cognitivas e afetivas. Não somente os funcionários das empresas que estão na vanguarda da produção cognitiva, como as da área de tecnologia da informação, mas os próprios “clientes”, como os associados a redes sociais, são levados a contribuir na geração de valor para essas corporações do capitalismo cognitivo.

Tais interferências de grande alcance na vida das pessoas precisam ser compreendidas e temos de ter um papel ativo, de modo que a integridade humana seja mantida”, defendeu a deputada Manuela d’Ávila, que propôs a série de debates.

O debate foi aberto pelas conferências do professor Dr. Giuseppe Cocco, cientista político pela Université Paris VIII e Università degli Studi di Padova (Itália), mestre em Ciências Tecnológicas e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers (França) e em História Social pela Université Paris I – Pantheon-Sorbonne e doutor em História Social pela mesma instituição. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de

Janeiro.

A outra conferência foi proferida pelo professor Dr. Sadi Dal Rosso, mestre em Sociologia pela University of Texas System e doutor em Sociologia pela mesma instituição, com pós-doutorados na Itália, França e nos Estados Unidos. Atualmente é professor titular de Sociologia da Universidade de Brasília.

### Comissão avalia efeitos de ações judiciais sobre liberdade de expressão

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debateu em audiência pública, a questão das decisões e disputas judiciais que afetam a liberdade de expressão, especialmente dos comunicadores que atuam nas novas mídias. Com a disseminação de blogs e outros espaços de comunicação via internet, aumentaram as ações judiciais propostas por pessoas e empresas que reclamam reparação de danos morais praticados em relatos e opiniões postados na rede por esses blogs.

O debate foi proposto pela presidente da CDHM, deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS). Ela afirmou que “há comunicadores alvo de dezenas de ações judiciais que acabam inviabilizando o trabalho dessas pessoas, inclusive gerando indenizações impagáveis. Por outro lado, são necessárias ações educativas que definam os limites de responsabilidade dos profissionais, evitando que estes extrapolem a liberdade de expressão para ofender, difamar e caluniar, acrescentou.

Os participantes da audiência pública reconhecem a demanda por uma regulação que equilibre a liberdade de expressão, garantida pelo artigo 5º da Constituição, e o dano moral, em que a reputação, a imagem e a marca são afetados.

Participaram, como expositores, o professor Túlio Vianna, doutor da Universidade Federal de Minas Gerais; jornalista Renata Vicentini Mielli, secretária-geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; e o deputado federal Emiliano José (PT-BA), representando a Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade de Expressão e Democratização da Comunicação.

### Crimes na internet é tema de audiência pública conjunta

Audiência pública realizada no dia 13 de julho com grande número de especialistas debateu a questão dos crimes na internet, para subsidiar a análise do Projeto de Lei 84/1999, em tramitação na Câmara dos Deputados. O evento foi conjunto das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e a de Direitos Humanos e Minorias. Na CDHM, a proposta do debate partiu da deputada

Manuela d'Ávila (PC do B-RS).

Os expositores foram Sergio Amadeu da Silveira, professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC; Demétrius Gonzaga de Oliveira, delegado titular do Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Estado do Paraná (Nuciber); Fábio Furtado Ramos, diretor da Axur Information Security; Guilherme Varella, advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Vanessa Fusco Nogueira Simões, coordenadora da Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Roberto Mayer, vice-presidente de Relações Públicas da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); Túlio Vianna, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Fernando Botelho, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG); Marcelo Lau, diretor-executivo da Data Security; Carlos Affonso Pereira Souza, professor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Demi Getschko, conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); Luiz Fernando Marrey Moncau, professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Patrícia Peck Pinheiro, advogada; Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

#### EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DEBATIDOS EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL

A crise desencadeada pelo mundo financeiro observados a partir de 2008, nos Estados Unidos, com efeitos em todo o mundo, foi avaliada em seminário internacional, no dia 6 de outubro, realizado pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Finanças e Tributação e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O tema geral foi "Especulação e Crise Financeira; Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública".

Participaram, como expositores, os convidados Sofia Sakorafa, deputada do Parlamento da Grécia; Eric Toussaint, belga presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM); Pedro Paez, ex-ministro da República do Equador; e Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida-Brasil.

A iniciativa do debate foi dos deputados Jean Wyllys (PSol-RJ); Chico Alencar (PSol-RJ); e Ivan Valente (PSol-SP), que alertaram para os efeitos negativos da crise financeira e dos custos da dívida pública para os direitos humanos em âmbito mundial.

## **SISTEMA PRISIONAL**

### CDHM DEBATE PROPOSTAS PARA OS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PENAS ALTERNATIVAS PARA CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debateu em seminário, realizado no dia 13 de setembro, propostas para os egressos do sistema prisional e penas alternativas para crimes de menor potencial ofensivo.

As dificuldades encontradas pelos egressos do sistema prisional na reinserção social variam entre a discriminação e a falta de capacitação. Além disso, a pressão exercida sobre estes para a reincidência gera um círculo vicioso ocasionado pela falta de oportunidade oferecida pela sociedade.

“É dever da sociedade, e acima de tudo do Estado, observar e fiscalizar a execução desse objetivo bipartido compreendido entre a prevenção, através da punição, e a reinserção social. O fato é que a prevenção provoca a exclusão, pois o sistema prisional brasileiro na realidade não possui estrutura fundamental para prover devidamente os meios necessários à ressocialização do preso”, avaliou no requerimento do seminário, a deputada Manuela d’Ávila (PC do B-RS).

O sistema prisional brasileiro possui objetivos em abstrato, daí o desafio da sociedade moderna em amenizar as possibilidades de reincidência criminal, proporcionando ao presidiário a capacitação para o convívio social e a busca pelo emprego, como forma de manutenção própria, na vida egressa.

Além disso, as novas alternativas de pena para os crimes de menor potencial ofensivo visa, além da punição pelo descumprimento da lei, a privação do convívio desse infrator com outros infratores que cometeram crimes realmente lesivos. O convívio no sistema prisional gera a possibilidade do aumento delitivo do indivíduo infrator, que passa a relacionar-se com criminosos de alto potencial ofensivo, tornando-se alvo das influências de facções criminosas.

Participaram, como expositores, Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo, juiz da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro; a advogada criminalista Maria da Costa Fernandes; e os egressos do sistema prisional Chinaider Pinheiro, assistente de Projetos do AfroReggae; e Juscelino Vitorino da Silva, operador de câmera da equipe de audiovisual do AfroReggae.

## **DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS**

### COMISSÃO OUVI DENÚNCIAS DE AMEAÇAS CONTRA MILITANTES DE DIREITOS HUMANOS EM GOIÁS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) reuniu-se no dia 26 de setembro, para avaliar denúncias de ameaças contra militantes de Direitos Humanos cometidas por grupo de extermínio no Estado de Goiás.

Em decorrência do trabalho em prol de uma segurança pública democrática e contra a violência, passaram a ser ameaçados de morte e encontram-se com sua integridade física sob risco o deputado Mauro Rubem, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado, o assessor da mesma Comissão Fábio Fazzion; e o padre Geraldo Labarrère, da Casa da Juventude, instituição que acolhe e educa, para a cidadania e a vida profissional, jovens em situação de risco.

Também participaram da reunião o diretor do Programa Defensores de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Fernando Matos; e Adriana Accorsi, superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública e coordenadora da Comissão de Defesa da Cidadania do Estado de Goiás, que investigou o desaparecimento forçado de 37 pessoas após abordagem policial.

Foram descritas situações de graves ameaças, pressões e constrangimentos contra os defensores de direitos humanos. Atos de intimidação e ameaça foram cometidos também contra empresas jornalísticas. Os autores desses crimes são policiais que formam um grupo acusado dos referidos desaparecimentos de jovens, entre outras violações.

A audiência foi objeto do requerimento nº 135/2011, aprovado no âmbito da CDHM, de autoria da deputada Marina Santanna (PT-GO) e do deputado Domingos Dutra (PT/MA).

No encerramento do encontro, o presidente dos trabalhos, deputado Luiz Couto (PT-PB) anunciou, com base nos depoimentos, que a CDHM iria requerer ao Ministério da Justiça maior agilidade no inquérito da Polícia Federal sobre o caso.

Ao governador do Estado de Goiás, foi proposta adoção de medidas estruturais contra a impunidade nos crimes de extermínio, além de ações de educação e cultura em direitos humanos na formação dos agentes públicos de segurança pública. De imediato foram sugeridas medidas que promovam a ação policial que preserve a vida e puna as execuções extrajudiciais, ao contrário do que vem ocorrendo: policiais que participam de operações que resultam em

mortes são condecorados e os que executam operações bem-sucedidas sem brutalidade são ignorados.

O representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Fernando Mattos, anunciou, por sua vez, compromisso no sentido de garantir a incolumidade física dos defensores de direitos humanos ameaçados. Informou que em novembro o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana se deslocará para Goiânia, onde realizará um ato para marcar o acompanhamento do processo sobre o grupo de extermínio.

A CDHM também comprometeu-se em acompanhar o processo judicial a ser instaurado, de modo a garantir a efetiva responsabilização dos policiais envolvidos em grupos de extermínio, desaparecimento forçado, ameaças e outras violações de direitos humanos.

#### TV CÂMARA E CDHM LANÇAM DOCUMENTÁRIO SOBRE VIDA DE ABDIAS NASCIMENTO

A CDHM realizou, no dia 20 de setembro, em parceria com a TV Câmara, uma homenagem ao grande ativista do movimento negro do Brasil, Abdias Nascimento, com o lançamento de um vídeo-documentário seguido de debate sobre sua vida.

Com a presença de militantes do movimento negro, entre outros defensores dos direitos humanos, parlamentares, amigos e admiradores de Abdias, o documentário foi exibido pela primeira vez. Em seguida, houve um debate sobre a própria realização da obra. Também foi avaliada a contribuição prestada pelo ativista, artista, professor, jornalista, deputado e senador Abdias Nascimento.

Participaram, como expositores, Fernando Bola, servidor da TV Câmara e diretor do documentário; Renato Ferreira dos Santos, representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Amauri Mendes Pereira; doutor em Ciências Sociais-UERJ/ especialista em História da África CEEA-UCAM e membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras-IPCN-RJ; Carlos Moura, coordenador geral do Centro de Informação e Referência da Cultura Negra da Fundação Palmares.

### **DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS**

#### VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS YANOMAMI É TEMA DE DEBATE CONJUNTO

Violações de direitos humanos do povo indígena Yanomami em Roraima foram objeto de audiência pública conjunta da CDHM e da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, atendendo a requerimento do deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Participaram, como expositores, Paulo Cezar Garcia Brandão, capitão de mar e guerra, assessor de Política e Estratégia do Ministério da Defesa; Carlos Lisboa Travassos, coordenador-geral de Índios Isolados e Recém-Contatados – FUNAI/Ministério da Justiça; Alexandre Ramagem Rodrigues, delegado da Polícia Federal/Ministério da Justiça; Déborah Duprat, vice-procuradora da República; Walter Lins Arcoverde, diretor de Fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Davi Kopenawa Yanomami, presidente da Hutukura Associação Yanomami; e Ana Paula Caldeira Souto Maior, advogada do Instituto Socioambiental (ISA).

#### CDHM DEBATE SITUAÇÃO DO SANTUÁRIO DOS PAJÉS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 10 de novembro, audiência pública para debater o conflito fundiário envolvendo o Santuário dos Pajés, área localizada no recém-implantado Setor Noroeste de Brasília. Objeto de processo na FUNAI para demarcação como território indígena, a mesma área foi vendida pelo governo do Distrito Federal para construtoras que agora reivindicam reintegração de posse na justiça.

Participaram, como expositores, Cristhian Teófilo da Silva, antropólogo do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília; Adelar Cupsinsky, assessor jurídico do CIMI - Conselho Indigenista Missionário; Moacir Bueno, presidente do IBRAM - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal; Alan Shvascberg, jornalista e organizador do documentário “Sagrada Terra Especulada”; e Santxiê Fulni-Ô Tapuya, pajé da comunidade indígena fulniô tapuya, residente no Santuário dos Pajés.

O evento foi requerido pela deputada Érika Kokay (PT-DF), que o definiu como “um espaço de mobilização e possível negociação para assegurar o direito dos povos indígenas a seus espaços sagrados”.

### **DIREITOS DOS IDOSOS**

#### COMISSÃO AVALIA OS OITO ANOS DE VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO

Na semana em que o Estatuto do Idoso completou oito anos desde que foi instituído pela Lei 10.741, em 1º de outubro de 2003, o documento foi avaliado por parlamentares, especialistas e representantes de órgãos do governo federal, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 5 de outubro.

O evento atendeu a requerimento da deputada Flávia Morais (PDT-GO), que destacou, entre os tópicos a merecer a reflexão sobre os direitos humanos dos idosos, o desafio de coibir a violência contra eles. A deputada da CDHM citou estudo da Universidade Católica de Brasília indicando que 12% dos quase 18 milhões de idosos do país já sofreram maus-tratos, como violência física e psicológica, abandono, humilhação, ameaças e apropriação indevida do dinheiro do idoso.

Os expositores destacaram o papel do idoso como agente social capacitado a contribuir na disseminação de conhecimentos e na organização comunitária. “A experiência acumulada permite ao idoso contribuir de forma significativa para a sociedade, que muitas vezes discrimina e isola pessoas dotadas de enorme potencial”.

Participaram, como expositores, os convidados, Jurilza Maria Barros de Mendonça, conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos do Idoso; Denise Ceroni, pedagoga, mestre em Educação e Professora do Uniritter, de Porto Alegre; Roseli de Sousa Costa, supervisora da Central Judicial do Idoso do Tribunal de Justiça do DF; e Rosimeire Rodrigues, coordenadora-geral da Pessoa Idosa.

#### **TRANSPORTE PÚBLICO NA ÁREA METROPOLITANA DO DF** **QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública, no dia 16 de novembro, para avaliar e propor melhorias no transporte público da região metropolitana de Brasília, incluindo a região do Entorno.

O serviço de ônibus e vans na região tem se mostrado precário, principalmente para as cidades do Entorno mais distantes do Plano Piloto. Ônibus velhos e poluentes, relação ruim das empresas com usuários, motoristas e cobradores, falta de segurança nos ônibus, inadimplência crônica das empresas nas multas recebidas, ônibus sempre superlotados em número insuficiente, preço elevado das passagens. Esses são apenas parte dos problemas que afetam os trabalhadores que tem de deslocar por longos percursos diariamente.

“Uma série de direitos e a própria dignidade humana está em cheque diante das insuficiências e precariedades dos serviços”, justificou a deputada Flávia Morais (PDT-GO) ao propor a audiência pública.

Participaram, como expositores, Adonis Ribeiro Gonçalves, representando a Secretaria de Transportes do Distrito Federal; o vereador SD Caetano, representante da Câmara de Vereadores e da Prefeitura de Formosa-GO; José Olinto Neto, prefeito de Planaltina-GO; e Sônia Rodrigues Haddad,



superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

## **TOLERÂNCIA RELIGIOSA**

### SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA CONTOU COM DEBATE SOBRE PROMOÇÃO DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 23 de novembro, no marco das comemorações da Semana da Consciência Negra, audiência pública para debater avaliações e propostas destinadas à promoção da liberdade religiosa e dos direitos das comunidades tradicionais de terreiro.

A audiência pública atendeu aos requerimentos das deputadas Érika Kokay (PT-DF) e Janete Rocha Pietá (PT-SP) e dos deputados Jean Willys (PSol-RJ), Luiz Couto (PT-PB) e Luiz Alberto (PT-BA).

Nos seus requerimentos, eles citaram as situações vivenciadas pelos centros de Umbanda e terreiros de Candomblé e pelos seus devotos, cujos direitos constitucionais de liberdade de culto tem sido desrespeitados. Foram registrados nos últimos anos casos de depredação de templos de religiões afro-brasileiras, agressão a seus sacerdotes e sacerdotisas e preconceito contra crianças de famílias ligadas a essas confissões em escolas.

Territórios de moradia com predominância negra estão entre os mais atingidos por políticas de remoção e despejo. Sem o benefício do reconhecimento como templos, a exemplo do que ocorre com igrejas de outras religiões, os terreiros de umbanda e de candomblé têm sido atacados, destruídos e removidos. As remoções para obras visando a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas estão atingindo alguns desses templos.

Embora a intolerância não atinja apenas as religiões citadas, o fato é que nenhuma outra foi historicamente tão perseguida quanto tem sido as de matriz africana, lembram os deputados. No tempo do Império, o Código Criminal de 1830 considerava crime o culto de religião que não fosse a oficial e um decreto da época obrigava os escravos a se converterem à religião oficial, reservando penas cruéis aos que se recusassem. Até 1976, havia uma lei no Estado da Bahia que obrigava os templos de religiões afro-brasileiras a se cadastrarem na delegacia de polícia mais próxima.

*O Mapa da Intolerância Religiosa – Violação ao Direito de Culto no Brasil*, lançado em 28/05/2011 pelo pesquisador Marcio Alexandre Gualberto, sistematizou episódios dos últimos dez anos de desacato à liberdade de culto cometidos contra religiosos da matriz africana, muçulmanos, judeus,

católicos, entre outros grupos. O autor constata que o praticante das religiões de matriz africana continua sendo a vítima preferencial. Ele frisa, no entanto, avanços no combate à intolerância religiosa e o esforço de organizações e de movimentos sociais e religiosos que se mobilizam, se articulam e pressionam o poder público no sentido de garantir a plena liberdade de culto consagrada na Constituição Federal.

#### Fundo histórico e social

O fenômeno da intolerância religiosa está associado às desigualdades raciais, que por sua vez reproduzem e reforçam desigualdades sociais. Exemplo de desigualdade está evidenciado no *Mapa da Violência* (Ministério da Justiça), que indica, com dados coletados entre 2002 e 2008, que os homicídios de brancos caíram 22,3%, enquanto os praticados contra negros cresceram 20,2%. Outro exemplo contundente: no Rio de Janeiro morreram 96,9% mais negros do que brancos no mesmo período.

Participaram, como expositores, Marcos Rezende, coordenador do CEN – Coletivo de Entidades Negras; Vera Luchi, liderança religiosa Candomblé; Marco André da Silva, coordenador do Círculo Palmarino-RJ; Camir Eleison Vargas, vice-presidente da Federação de Direitos e Defesa das Religiões de Matrizes Africanas do Rio Grande do Sul e Silvany Euclênio, diretora de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

### **DEFENSORIAS PÚBLICAS**

#### CDHM DEFINE AÇÕES PARA FORTALECER DEFENSORIAS PÚBLICAS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 7 de dezembro de 2011, audiência pública para avaliar a situação da Defensoria Pública da União e das Defensorias Públicas Estaduais, como instrumentos de garantia do direito humano de acesso à justiça. O evento atendeu a requerimento do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ).

A responsabilidade do Estado na garantia do direito à assistência jurídica gratuita à população economicamente vulnerável, como determina a Constituição Federal, foi o tema central. Com base na, foram elaborados ofícios encaminhados a todos os governadores brasileiros, solicitando que os chefes do Poder Executivo envidem os esforços necessários à estruturação e ao fortalecimento da Defensoria Pública, garantindo a presença de defensores em todas as comarcas existentes.

Participaram, como expositores, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União; Gabriel

Faria Oliveira, presidente da ANADEF – Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais; Ricardo Batista Sousa, defensor público e subdiretor-geral do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal; Antônio José Maffezoli Leite, vice-presidente da ANADEP, Associação Nacional dos Defensores Públicos; e Eunice Correa Barros, presidente do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública da União.

Ao abrir a audiência pública, o deputado Domingos Dutra (PT-MA), 1º vice-presidente da CDHM, lembrou que “um dos direitos humanos básicos é o acesso à justiça. Sem esse direito assegurado, estão comprometidos o exercício dos direitos e das liberdades. E as defensorias públicas são instrumento indispensável para viabilizar o efetivo acesso à justiça”.

No final do encontro, foram definidos, com base nos debates realizados, os seguintes encaminhamentos da CDHM:

- Enviar ofícios a todos os governadores de Estado, solicitando a estruturação e o fortalecimento das respectivas defensorias públicas, tendo como parâmetro a presença de defensores em todas as comarcas.

- Acionar, com maior ênfase, ao governador de Santa Catarina, onde inexistente defensoria pública, conclamando pela criação, dentro do modelo constitucional do país e recomendação das organizações internacionais de direitos humanos, para a criação da defensoria pública do estado; e ao governador de Goiás, para pedir a implementação da lei estadual já aprovada, por meio da realização de concursos e convocação, em vagas suficientes, de defensores e demais servidores necessários.

- Solicitar audiência com a ministra do Planejamento, com a presença de deputados da CDHM e representantes de entidades de classe dos defensores, tendo em pauta a nomeação dos defensores aprovados em concurso e criação de carreira de apoio administrativo da Defensoria Pública da União.

- Emitir moção de apoio às PECs 98/2011 e 100/2011, ambas instituindo a autonomia financeira e iniciativa de orçamento das defensorias públicas.

#### **CÂMARA LANÇA SUBCOMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA COMISSÃO DA VERDADE**

Foi lançada num ato público no dia 13 de dezembro, a Subcomissão de Acompanhamento da Comissão da Verdade, criada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados para contribuir e fiscalizar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Depois de anos de reivindicação e debates, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída no âmbito da Casa Civil da Presidência da República pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, “com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos” ocorridas entre 1946 e 1988. A CNV terá sete membros, auxiliados por 14 servidores, e deverá apresentar em dois anos relatório com recomendações e conclusões dos fatos analisados.

A Subcomissão da Câmara exercerá função legislativa de fiscalização da CNV, contribuindo com a mesma com base na experiência acumulada pela Comissão de Direitos Humanos, agregando subsídios já disponíveis e outros que vier a recolher que possam contribuir no resgate da memória sobre fatos ocultados ou com versões forjadas por agentes públicos em atos de exceção.

Eleita por aclamação coordenadora da Subcomissão, a deputada Luíza Erundina (PSB-SP), explica que “o foco será nos casos de perseguição, sequestro, tortura, assassinato e ocultação de cadáveres de opositores políticos da ditadura entre 1964 e 1985. É nesse período que se concentram os fatos a esclarecer, como, por exemplo, o papel do governo brasileiro na Operação Condor – articulação entre governos do Cone Sul e os Estados Unidos para perseguir e eliminar militantes políticos de esquerda dos países envolvidos”.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Manuela d’Ávila (PC do B-RS) afirma que “nossa intenção ao criar este fórum parlamentar, não é concorrer com a Comissão da Verdade, mas contribuir para que ela cumpra plenamente suas finalidades. Até porque são limitados os recursos e o tempo previsto para a apresentação das suas conclusões”.

A Subcomissão criada pela CDHM terá atribuições de organizar e encaminhar à CNV informações, dados e documentos pertinentes acumulados no decorrer de seus 17 anos de atividades; pesquisar, avaliar e encaminhar à CNV informações, dados e documentos sobre eventuais casos de violações de direitos humanos de parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados no período em análise; receber, organizar e encaminhar informações, dados, documentos e sugestões que possam subsidiar a CNV no esclarecimento de fatos objeto de sua competência; realizar seminários e audiências públicas, no âmbito da Câmara e nos estados da Federação, com o objetivo de ajudar na elucidação de denúncias e fatos pertinentes; atuar na sensibilização da Câmara dos Deputados e da opinião pública para a importância do estabelecimento da verdade factual sobre o período histórico em análise.

A Subcomissão foi instituída em decorrência da aprovação, pela unanimidade do plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), em reunião ordinária de 30/11/2011, do Requerimento nº 150/2011, de autoria da deputada Luíza Erundina (PSB-SP).

A Subcomissão também atende ao objeto estabelecido em requerimento de autoria da deputada Manuela d'Ávila (PC do B-RS), aprovado pela CDHM, de apuração dos casos de violações de direitos humanos com motivação política contra parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados entre abril de 1964 e outubro de 1988.

#### Participação de deputado argentino

O deputado argentino Juan Cabandié participou do ato público como convidado especial. O parlamentar tinha 25 anos quando descobriu, com a ajuda da entidade Avós da Praça de Maio, que intermediou um teste de DNA, que era filho de desaparecidos políticos. Sua mãe biológica, Alicia Alfonsín, fora sequestrada por militares aos 17 anos, quando estava grávida. O bebê nasceu na Escola Militar da Marinha, principal centro de torturas da Argentina nos anos de chumbo. Sua mãe nunca mais foi encontrada. Juan foi criado pelo sequestrador de sua mãe. Após se tornar deputado distrital, Cabandié processou seu “pai”, o militar Luís Falco, que acabou sendo condenado a 18 anos de prisão. O deputado é identificado com a promoção da verdade, memória e justiça na Argentina.

### **SUBCOMISSÕES CRIADAS NO EXERCÍCIO DE 2011**

**Subcomissão Permanente** - Sistema Carcerário e Violência Institucional;

**Subcomissão Permanente** - Criança e Adolescente;

**Subcomissão Permanente** - Saúde e Direitos Humanos;

**Subcomissão Especial** - Tráfico de Mulheres e Trabalho Escravo;

**Subcomissão Especial** - Afrodescendentes.

**Subcomissão Especial** destinada a acompanhar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.”

### **AÇÃO LEGISLATIVA**

#### **Proposições Apreciadas na Comissão no período de 01/01/11 a 15/12/11**

**MSC-517/2008**

PODER EXECUTIVO - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa

do Brasil e a República da Índia, assinado em Brasília, em 16 de abril de 2008.

**Aprovado por Unanimidade o Parecer.**

**Parecer do Relator, Dep. Domingos Dutra (PT-MA), pela aprovação.**  
Em 23/03/11.

**PL-1057/2007**

HENRIQUE AFONSO - Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais.

**Aprovado unanimemente o Parecer, com alteração no substitutivo.**  
**Parecer da Relatora, Dep. Janete Rocha Pietá (PT-SP), pela aprovação, na forma do substitutivo anexo.** Em 01/06/11.

**PL-370/2011**

ALESSANDRO MOLON - Estabelece princípios e diretrizes para promoção e instalação de programas, projetos e ações de pacificação social, policiamento comunitário e Unidades de Polícia Pacificadora ou órgãos assemelhados em todo território nacional e dá outras providências.

**Aprovado por Unanimidade o Parecer.**

**Parecer da Relatora, Dep. Liliam Sá (PR-RJ), pela aprovação.** Em 03/08/11.

**PL-257/2011**

ARNALDO JORDY - Torna obrigatória a inserção de cláusula protetora de direitos humanos em contratos de financiamentos concedidos por instituições oficiais.

**Aprovado por Unanimidade o Parecer.**

**Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto, pela aprovação, nos termos do substitutivo em anexo.** Em 17/08/11.

**PL-759/2011**

PADRE TON - Acrescenta o inciso X e XI no art. 1º da Lei nº 8.313 de 1991.

**Aprovado por Unanimidade o Parecer.**

**Parecer do Relator, Dep. Edson Santos (PT-RJ), pela aprovação.**  
Em 05/10/11.

**PL-803/2011**

NELSON PELLEGRINO - Dispõe sobre modificação de registro civil de afrodescendente.

**Aprovado por Unanimidade o Parecer.**

**Parecer do Relator, Dep. Márcio Marinho (PRB-BA), pela aprovação, com substitutivo.** Em 30/11/11.

**PDC-2396/2010** ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Susta a eficácia de dispositivo contido no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências, em particular a alínea(c) da Diretriz 5, do Eixo Orientador II.

**O Projeto de Decreto Legislativo foi Rejeitado, por unanimidade dos presentes,** em 01/06/11.

**PDC-393/2007** ZEQUINHA MARINHO - Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará.

**O Projeto de Complementar foi Rejeitado, por unanimidades dos presentes,** em 30/11/11. **Rejeitada** em 03/08/11.

**PDC-480/2008** VALDIR COLATTO - Susta os efeitos da Portaria nº 1.128 de 13 de agosto de 2003, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da Terra Indígena Ibirama La-Klanô ou Duque de Caxias, nos Municípios de Vitor Meireles, José Boiteux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina.

**O Projeto de Decreto Legislativo foi Rejeitado, por unanimidade dos presentes,** em 03/08/11.

**PDC-2227/2009** LUIS CARLOS HEINZE - Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, sem número, de 20 de novembro de 2009, que "declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade Rincão dos Martimianos", situado no Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul."

**O Projeto de Complementar foi Rejeitado, por unanimidade dos presentes,** em 17/08/11.

**PDC-2228/2009** LUIS CARLOS HEINZE - Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, sem número, de 20 de novembro de 2009, que "declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade São Miguel", situado no

Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul."

**O Projeto de Complementar foi Rejeitado, por unanimidade dos presentes, em 17/08/11.**

**PDC-1323/2008**

HOMERO PEREIRA - Sustenta a Portaria nº 1.429, de 4 de agosto de 2008, do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, que declara de posse permanente do grupo indígena Manoki a Terra Indígena Manoki, localizada no município de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

**O Projeto de Decreto Legislativo foi Rejeitado, por unanimidade dos presentes, em 05/10/11.**

**PLP-273/2008**

WELLINGTON FAGUNDES - Declara as rodovias, ferrovias e hidrovias localizadas em terras indígenas como áreas de relevante interesse público da União.

**O projeto de Complementar foi Rejeitado, por unanimidade dos presentes, em 30/11/11.**

## **DILIGÊNCIAS**

As diligências são deslocamentos de representantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias a lugares palco de violações de direitos humanos significativas, com forte repercussão. A presença do colegiado muitas vezes contribui para cessar processo de violações e para a tomada de providências por autoridades locais e a mobilização da sociedade no sentido da apuração de responsabilidades, evitando a impunidade nos casos.

1. Diligência realizada no dia 29 de abril de 2011, na Comunidade Quilombola de Brejão dos Negros, no Município de Brejo Grande, em Sergipe, para verificar denúncias de situação de ameaça, espancamento, incêndio de casas e roçados e cobrança de pedágio para deslocamento de pessoas. A diligência teve ainda o intuito de fortalecer as comunidades quilombolas em suas lutas e reivindicações, através de diálogos com órgãos públicos nas diversas esferas de governo para efetivação de políticas públicas que garantam a posse da terra, a identidade cultural, a dignidade e a integridade física dos remanescentes de quilombo na região. O evento contou com a participação do deputado Domingos Dutra (PT-MA).
2. Diligência à Penitenciária de Itai/SP, realizada nos dias 26 e 27/05/2011, com a finalidade de verificar a situação jurídica, processual e de assistência a presos estrangeiros. Participaram da missão o deputado Domingos Dutra (PT-MA) e Ricardo Quirino (PR-DF). Os integrantes da diligência



participaram de audiências com o juiz da Vara de Execuções Penais, Alexandre Munõz, e com o promotor responsável por aquela vara, Rodrigo Alves de Araújo Fiusa, para tratar da situação dos presos estrangeiros. As áreas da penitenciária destinadas a presos brasileiros também foram visitadas pelos parlamentares da CDHM.

3. Diligência realizada no período de 8 a 10/06/2011, na cidade de Belém/PA, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre assassinatos de lideranças camponesas e a violência no campo no Pará. Houve participação dos deputados Domingos Dutra (PT-MA) e Manuela D'Ávila (PC do B-RS).
4. Diligência realizada nos dias 2 e 3 de julho de 2011, em Ilhéus/BA para averiguar, in loco, conflitos e desrespeitos aos Direitos Humanos envolvendo o povo indígena Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá e fazendeiros locais. Participaram da diligência os deputados Jean Wyllys (PSol-RJ), Marcon (PT-RS), Valmir Assunção (PT-BA), Luiz Alberto (PT-BA) e Domingos Dutra (PT-MA).
5. Diligência realizada em 22 de agosto de 2011, em Rondônia, com a finalidade de conhecer os impactos sociais gerados nos locais das construções de grandes obras realizadas pelo PAC. A diligência contou com a participação dos deputados Domingos Dutra (PT-MA), Teresa Surita (PMDB-RR), Liliam Sá (PR-RJ) e Érika Kokay (PT-DF).
6. Diligência realizada nos dias 19 e 20 de setembro de 2011 pelo Grupo de Trabalho Emergências Hospitalares – visita nos hospitais públicos de emergência no Rio de Janeiro e São Paulo. Participaram os deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Domingos Dutra (PT-MA).
7. Diligência realizada em 22 de setembro de 2011, em Águas Lindas de Goiás para ouvir a população e buscar alternativas para o combate à violência na região do Entorno do Distrito Federal. A diligência contou com a participação das deputadas Iris de Araújo (PMDB-GO), Flávia Moraes (PDT-GO), Érika Kokay (PT-DF), Janete Rocha Pietá (PT-SP), e Keiko Ota (PSB-SP).
8. Diligência realizada em 26 de setembro de 2011, em Belém/PA, para verificar denúncia sobre adolescente de 14 anos mantida por quatro dias na Colônia Agrícola Heleno Fragozo, bem como tráfico de drogas e exploração sexual de crianças e adolescentes naquele estado. Participaram da referida diligência as deputadas Janete Rocha Pietá (PT-SP), Érika Kokay (PT-DF) e os deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Jean Wyllys (PSol-RJ).
9. Diligência realizada em Luziânia/GO, no dia 27/10/2011, para discutir a situação da segurança pública no Entorno do DF. O evento ocorreu na Câmara de Vereadores e contou com a manifestação de representantes do

povo, delegada local, promotor de justiça, comandante da PM na região e vereadores. Participaram da diligência as deputadas Íris Araújo (PMDB-GO) e Érika Kokay (PT-DF).

10. Diligência realizada em 1/11/2011, para verificar a situação do Santuário dos Pajés, território indígena, localizado no Setor Noroeste de Brasília, objeto de processo judicial para demarcação como território indígena e de processo de reintegração de posse requerida por construtora. Participaram da diligência os deputados Érika Kokay (PT-DF), Domingos Dutra (PT-MA), Chico Alencar (PSol-RJ), Reguffe (PDT-DF) e Weverton Rocha (PDT-MA).
11. Diligência realizada no dia 18 de novembro de 2011, pelo Grupo de Trabalho Emergências Hospitalares, para observar *in loco* a situação do setor de emergência do Hospital Geral Roberto Santos da Bahia. O deputado Domingos Dutra (PT-BA), acompanhado de dois assessores, representou a CDHM nessa missão.
12. Diligência realizada nos dias 2 e 3 de dezembro, na região de Dourados/MS, para verificar situações de violação a direitos humanos de comunidade indígena local, tais como o massacre sistemático que tem vitimando o povo indígena Guarani/Kaiowá. Participaram os deputados Padre Ton (PT-MG), Érika Kokay (PT-DF) e Domingos Dutra (PT-MA).
13. Diligência realizada na Câmara Municipal de Valparaíso/GO, no dia 8 de dezembro de 2011, para discutir a situação da segurança pública no Entorno do DF e colher propostas para qualificar o combate à violência na região. A Deputada Iris Araújo (PMDB-GO), acompanhada de assessores, representou a CDHM no evento.

## MOÇÕES

### EM DEFESA DO POVO CUBANO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, em reunião ordinária nesta data, Moção de iniciativa da Associação Cultural José Martí/RS, em defesa do povo cubano. Este colegiado parlamentar passa a ser, portanto, signatário da Moção, nos seguintes termos:

*Que cessem imediatamente as ações terroristas contra Cuba e, em respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos sejam libertados os cinco cubanos Gerardo Hernández, René González, Antonio Guerrero, Ramón Labañino e Fernando González, presos nos Estados Unidos da América. E que o presidente Barak Obama também considere a cláusula de condenação ao terrorismo, constante da declaração final aprovada pelos chefes de Estado*

*presentes na 20ª Cúpula Ibero-Americana, no dia 4 de dezembro de 2010, em Mar Del Plata, na Argentina, assim descrita: "O terrorismo é visto como ato criminoso e injustificado, pelo que os participantes reafirmam o compromisso de combatê-lo em todas as suas formas e manifestações(...)".*

*Que seja cumprido o disposto em 19 sucessivas resoluções aprovadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, solicitando ao governo dos Estados Unidos da América o fim do bloqueio contra Cuba, reiterado na petição aprovada pelos chefes de Estado presentes na 20ª Cúpula Ibero-Americana de 4 de dezembro de 2010, em Mar Del Plata, na Argentina;*

*Que seja avaliada a possibilidade de o Ministério das Relações Exteriores do Brasil debater a causa do povo cubano junto à União de Nações Sul-Americanas - UNASUL.*

Brasília, 16 de março de 2011

#### **MOÇÃO DE APOIO À NEGOCIAÇÃO COM OS BOMBEIROS DO RIO DE JANEIRO**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta seu apoio à retomada de negociações entre o Governo do Rio de Janeiro e os bombeiros do Estado com a imediata liberação dos presos.

A relevância dos serviços prestados à sociedade por essa categoria profissional justifica um esforço maior do Governador Sérgio Cabral na busca de um acordo. Afinal, há semanas que os bombeiros tentam em vão ser ouvidos. A negligência por parte do Governo do Estado para com a categoria certamente contribuiu para acentuar o conflito trabalhista.

A permanência do impasse acarreta insegurança para a população e acentua um clima indesejável de conflito, na contra-mão do processo de pacificação e de unidade política que o Rio de Janeiro vive hoje.

Por outro lado, são públicas as manifestações expressando disposição de negociar tanto dos bombeiros quanto do Governo do Estado. Assim, parece-nos necessária a liberação dos bombeiros presos, como medida de distensão que certamente propiciará que as negociações cheguem a bom termo.

Este colegiado parlamentar se coloca à disposição para contribuir na busca de uma rápida solução, que tranquilize a população e valorize os bombeiros do Rio de Janeiro.

Brasília, 07 de junho de 2011

**APOIO À INTEGRAÇÃO DA PALESTINA NA ONU  
E SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil deliberou, por unanimidade, em reunião plenária realizada em 17 de agosto de 2011, manifestar seu integral apoio à integração do Estado da Palestina na Organização das Nações Unidas, tendo como fronteiras as linhas de 1967 e compreendendo a Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental como Capital.

A solicitação à ONU será feita em setembro próximo pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), reconhecida internacionalmente como única e legítima representante do povo palestino.

Caberá a ONU, com base no direito internacional e em suas próprias resoluções, (inclusive a 181, de 1947, que reconhece o Estado da Palestina) ratificar e admitir o Estado da Palestina como membro pleno. Uma paz justa e duradoura pressupõe a criação, de fato, do Estado da Palestina, e a inclusão deste como membro pleno da ONU, com todos os direitos e deveres inerentes.

O reconhecimento de um Estado palestino soberano, baseado no fim da ocupação, na erradicação dos assentamentos e no retorno dos refugiados, de acordo com as próprias resoluções da ONU, é um imperativo dos direitos humanos e do direito internacional.

Apoiar o povo palestino é apoiar todos os povos em sua caminhada de paz, justiça e liberdade!

Brasília, 19 de agosto de 2011

**MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO E À REPÚBLICA ÁRABE SAARÁUI DEMOCRÁTICA  
(SAARA OCIDENTAL), EM SUA LUTA POR LIBERDADE E SOBERANIA**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da República Federativa do Brasil, tendo em vista a situação do Saara Ocidental, país ocupado há 35 anos por Marrocos;

Considerando a existência de cerca de 170 mil refugiados, expulsos de sua terra natal vivendo em campos em outros países, além dos 120 mil saarauis que dividem a terra com cerca de 200 mil colonos marroquinos e sofrem com as más condições de vida e forte opressão e repressão impostas pelo ocupante;

Considerando que o Saara Ocidental, antiga colônia espanhola ocupada por Marrocos desde o final de 1975, quando uma invasão de 350 mil soldados marroquinos ocupou o território e expulsou os saarauis, com um

saldo de duas mil pessoas mortas e muitas outras vítimas de bombardeios de napalm e fósforo branco;

Considerando que os saaráuis organizaram-se em torno da Frente Polisario, reivindicando soberania sobre o território e ao mesmo tempo a fuga em massa da população rumo à parte argelina do deserto de Hamada;

Considerando que esta Frente proclamou a República Árabe Saaráui Democrática, hoje reconhecida por 82 países e membro da União Africana, constituindo-se como estado no exílio, dotado de Constituição própria e baseada em princípios democráticos, com eleições de delegados nos campos de refugiados, dos territórios ocupados e liberados;

Considerando que a sociedade saaráui pertence a uma cultura aberta e tolerante com uma forma própria de praticar o islã, em que a mulher tem um papel bastante ativo, inclusive como direito de se divorciar e casar novamente;

Considerando que a Frente Polisário apresentou à ONU, em 10 de abril de 2007, uma proposta intitulada “Proposta para uma solução política mutuamente aceitável” que prevê a auto-determinação do povo do Saara Ocidental, baseada num referendo e em relações estratégicas entre o Saara Ocidental e Marrocos;

Considerando a seriedade e boa vontade expressa pela liderança saaráui, com o comparecimento da Frente Polisario a todas as rodadas de negociação;

Considerando que a Organização das Nações Unidas tem defendido a descolonização, bem como constatado, por meio de missão especial e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, graves violações de direitos humanos contra o povo saaráui, em decorrência da situação de ocupação;

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias proclama sua solidariedade ao povo e à República Árabe Saaráui Democrática (Saara Ocidental), em sua luta por liberdade e soberania e defende a realização de esforços nesse sentido no âmbito da ONU e de outras organizações multilaterais que possam contribuir na transição para a soberania dessa República, de modo a realizar plenamente os direitos humanos de seu povo.

Brasília, 31 de maio de 2011

## **EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NA BIRMÂNIA E PELA CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE INQUÉRITO DA ONU**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta sua preocupação com as violações de direitos humanos em Mianmar (Birmânia) e defende a formação de uma Comissão de Inquérito no âmbito da ONU para avaliar a situação naquele país.

Tal posicionamento foi firmado pelo colegiado parlamentar depois que ter recebido a visita de uma delegação de ativistas de direitos humanos birmaneses e da organização Conectas Direitos Humanos, com atuação reconhecida em direitos humanos. Os depoimentos ouvidos e a documentação coligida demonstram que a Birmânia, desde o golpe militar perpetrado em 1962, vive uma situação de ditadura com violação sistemática e permanente dos direitos humanos. Há cerca de dois mil presos políticos, entre os quais 12 parlamentares que venceram as eleições de 1990 e foram impedidos de assumir.

Desde 2006, a Cruz Vermelha Internacional é impedida de visitar o país. A tortura e outras práticas violentas por agentes públicos é prática banal. Estupros são usados como arma de guerra pelo exército do regime, vitimizando inclusive crianças. São comuns as detenções arbitrárias e o sistema penitenciário é extremamente precário. Recrutamento de crianças-soldados e trabalho forçado sustentam uma guerra federalista mantida de forma velada contra estados étnicos do país.

Relatores especiais da ONU, do passado e do presente, já pediram publicamente pela instauração de uma Comissão de Inquérito, pedido este já endossado por 16 países. O atual Relator Especial sobre a situação de direitos humanos no país, Tomás Ojea Quintana, no seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em março de 2010, afirma que há um “padrão de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos que vigora há muitos anos. Ele conclui: “devido a esta falta de responsabilização as instituições das Nações Unidas podem considerar a possibilidade de estabelecer uma comissão de inquérito com um mandato específico de investigação e averiguação para abordar a questão de crimes internacionais”.

Diante da situação preocupante, considerando que o tema será debatido na 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU, iniciada esta semana, e tendo em vista o compromisso de defesa dos direitos humanos como parâmetro das relações internacionais do Brasil pelo governo da Presidenta Dilma Rousseff, esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias vem perante o Ministério das Relações Exteriores expressar sua opinião favorável ao apoio do Brasil a resoluções das Nações Unidas que tratem da grave situação de direitos humanos, pedindo por justiça e responsabilização e que venham a criar uma Comissão de Inquérito no âmbito da ONU destinada a investigar a situação dos direitos humanos em Mianmar e outras ações que possam contribuir para cessar os abusos massivos dos direitos humanos e para a implementação de padrões

humanitários compatíveis com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais instrumentos internacionais.

Brasília, 28 de setembro de 2011

**SOLIDARIEDADE AO MÚSICO TONHO CROCCO,  
ALVO DE CERCEAMENTO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no exercício de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, aprovou, em sessão ordinária de 03 de agosto de 2011, por unanimidade, a seguinte Moção:

Os membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifestam sua solidariedade ao músico Tonho Crocco, que está sendo processado no Rio Grande do Sul devido a uma música de sua autoria. Esta Comissão manifesta também seu repúdio a todas as formas de censura e cerceamento da liberdade de expressão.

**MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO POVO NORUEGUÊS**

Consternados diante da tragédia causada pelo ataque devastador em Oslo e o massacre no acampamento de jovens na ilha de Utoya, perpetrados em 23 de julho por um cidadão defensor de idéias de extrema-direita, esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil transmite ao povo norueguês e às famílias das vítimas sua integral solidariedade.

Que esse acontecimento movido pelo ódio e a intolerância em face da convivência entre pessoas diferentes reforce na sociedade e no governo da Noruega sua exemplar trajetória de contribuição para a construção da paz mundial, da superação de barreiras étnicas e da busca do estado de bem-estar social.

Brasília, 03 de agosto de 2011

**PELA GARANTIA DE UM JULGAMENTO JUSTO  
DO CIDADÃO ALEXANDRE DE SOUZA SILVA**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta sua preocupação com a situação do Sr. Alexandre de Souza

Silva, condenado pela Blackfriars Crown Court, na Inglaterra, pelo crime de conspiração.

Alexandre é um cidadão brasileiro radicado em Londres há 22 anos. Durante todo o tempo em que viveu em seu país de origem nunca transgrediu nenhuma lei, nem tampouco agiu de forma a macular seu proceder como cidadão, conforme atestou a Egrégia Câmara Municipal de Porto Seguro – BA.

Também em Londres, Alexandre Souza Silva, desde o momento de sua chegada, sempre buscou sustentar-se de forma honesta, tendo desempenhado as funções de faxineiro, garçom, cuidador de animais e comissário de bordo da empresa British Airways.

O fato de ter imigrado de seu país de origem para um país distante e de cultura tão distinta da sua demonstra a vontade e o compromisso de Alexandre em conquistar para si próprio e para sua família, da qual é arrimo, melhores condições de vida.

Esse trabalhador brasileiro foi preso e condenado a quinze anos de prisão pelos crimes de posse de drogas, lavagem de dinheiro e conspiração. Entretanto, após apelação foi absolvido dos primeiros por inexistência de provas capazes de sustentar sua condenação, mas condenado pelo crime de conspiração.

O Sr. Alexandre alega que em seu processo o direito e a garantia do contraditório e da ampla defesa, assegurados em todas as constituições democráticas da atualidade, não foram observados. Assegura, ainda, que provas recolhidas no momento de sua prisão capazes de comprovar sua inocência não foram apresentadas durante o processo, nem resguardadas para serem posteriormente utilizados no caso de um pedido de revisão processual.

Por fim, solicitamos que práticas xenofóbicas, comuns em momentos de crises econômicas, sejam combatidas, e que o Sr. Alexandre Souza Silva não seja julgado e condenado em decorrência da sua cor e nacionalidade.

Brasília, 06 de outubro de 2011

#### **REPÚDIO A ENTREVISTA DO CABO ANSELMO**

O 5º Seminário Latino-Americano de Anistia e Direitos Humanos, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, aprovou, em 19 de outubro de 2011, por aclamação, a presente Moção de repúdio à entrevista do cabo Anselmo no programa Roda Vida, da TV Cultura.



Esse indivíduo, infiltrado pela ditadura entre organizações da resistência política, participou de algumas das mais torpes violações de direitos humanos, contribuindo para a realização de massacres e torturas.

No momento em que o Congresso Nacional debate e vota a criação da Comissão da Verdade, a TV Cultura e a Fundação Padre Anchieta deram voz a uma das mais execráveis figuras dos Anos de Chumbo, sem que representantes das famílias das vítimas das execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, torturas e outros crimes de lesa-humanidade tivessem a oportunidade de exercer o contraditório.

Neste sentido, este plenário vem reclamar à direção da TV Cultura que realize, com brevidade, outro programa com entrevistado que represente as vítimas do cabo Anselmo e com presenças de comentaristas conhecedores dos episódios relacionados às violações perpetradas pela ditadura.

Brasília, 20 de outubro de 2011

**APOIO À POSIÇÃO DO GOVERNO EM RESOLUÇÃO FAVORÁVEL  
À INVESTIGAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS NO IRÃ**

A Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM, vem através da presente, apresentar Moção de Apoio ao Governo Brasileiro em face da posição do Brasil expressada junto ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), mediante voto favorável à instalação de investigação sobre violações dos Direitos Humanos no Irã.

Brasília-DF, 04 de maio de 2011

**REPÚDIO À VIOLENTA REPRESSÃO AOS PROTESTOS  
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CHILE**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil manifesta seu mais veemente repúdio à violenta repressão aos protestos dos movimentos sociais no Chile, que ocasionou a morte do estudante Manuel Gutierrez.

Em nome desta Comissão de Direitos Humanos, conclamamos o diálogo entre o governo daquele país e os movimentos sociais

para que as justas reivindicações dos estudantes chilenos por uma educação pública, gratuita e de qualidade possam ser atendidas.

Brasília, 26 de agosto de 2011

**MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO DEPUTADO MARCELO FREIXO, AO SECRETÁRIO JOSÉ MARIANO BELTRAME E DEMAIS AMEAÇADOS PELAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO**

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em sessão plenária no dia 26 de outubro de 2011, aprovou por unanimidade a presente Moção de solidariedade a todos os cidadãos ameaçados por milícias no Rio de Janeiro, especificamente o Deputado Marcelo Freixo e o Secretário Estadual de Segurança Pública José Mariano Beltrame.

Também foi aprovada iniciativa deste colegiado parlamentar no sentido de sensibilizar o Governo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente o Governador Sérgio Cabral, a tomar providências rápidas e eficazes para garantir a incolumidade das pessoas ameaçadas.

Esta moção e apelo ao governo fluminense representa uma reação à denúncia recebida pelo deputado Marcelo Freixo (PSol) de que uma milícia da zona oeste do Rio de Janeiro planeja um atentado contra ele e contra o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Procedente do Disque-Denúncia, a informação é de que o atentado deveria ocorrer nos próximos dias.

As ameaças contra o Deputado Marcelo Freixo, conhecido por sua atuação em defesa dos direitos humanos e contra o crime organizado, estão se repetindo nas últimas semanas. Tais ameaças não devem ser ignoradas, sobretudo após a execução da juíza Patrícia Acioli, em 11 de agosto, por policiais criminosos.

Não há sinais de que a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro esteja atuando de forma decidida no sentido de apurar as denúncias e seguindo um plano de ação capaz de prover proteção efetiva às pessoas ameaçadas. Daí o apelo desta Comissão para que o governo estadual empenhe maior esforço protetivo e de combate às milícias, inclusive com a colaboração do governo federal no que couber, pois estão em jogo a segurança e a vida não só das referidas pessoas como de tantas outras menos conhecidas mas igualmente expostas às violações de direitos humanos que vem sendo perpetradas pelas milícias.

Brasília, 26 de outubro de 2011

## **SOBRE POSICIONAMENTO DO TCU EM RELAÇÃO À ANISTIA PREVISTA NA LEI N. 10.559/02**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados vem manifestar-se perante o Tribunal de Contas da União – TCU em relação à forma com a qual esta Corte de Contas tem se posicionando em relação às concessões de anistia normatizadas pela Lei nº 10.559/02, regulamentadora do Artigo 8º do ADCT, cujos requerimentos foram analisados e deferidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça – CA/MJ, criada em 2001 com esta finalidade.

Cabe ao TCU, como órgão de controle externo vinculado ao Poder Legislativo, exercer as funções de fiscalização e controle na forma estabelecida pela Constituição Federal em seu artigo 71 e pela Lei nº 8.443/92, funções essas que diferem dos Poderes Judiciário e Executivo quanto às competências constitucionais e políticas. Tal preâmbulo se faz necessário para a compreensão dos fatos cuja narrativa se seguirá:

Em 2006, o então Comandante da Aeronáutica ofereceu denúncia junto ao TCU com o fito de revisão das anistias políticas dos militares daquela Arma. A Corte de Contas autuou um grande processo (TC 011.627/2006-4) com vários anexos, entre os quais o anexo 04 (TC 026.848/2006-1) que daria origem ao acórdão 2891/2008. **Tal acórdão declarou o TCU incompetente para revisar o mérito das anistias políticas.**

Ainda em 2008, o Ministério Público do TCU, protocolizou representação contra o Ministério da Justiça nos autos do Processo nº TC 017.239/2008-7, requerendo a revisão das concessões de anistias concedidas a ex-militares e a ex-servidores públicos e a remessa àquela Corte dos processos de concessão de reparação econômica a anistiados políticos fundamentados no artigo 1º, inciso II, da Lei n. 10.559/02 analisados pela CA/MJ.

Em 11 de agosto de 2010, o plenário do TCU firmou através do Acórdão 1967/2010, o entendimento de que “*apenas os atos de aposentadoria, reforma e pensão relativos aos servidores civis federais e aos militares das Forças Armadas, ainda que decorrentes da aplicação da Lei nº 10.559/2002 e sob a designação de reparação econômica em prestação mensal, estão sujeitos ao registro desta Corte de Contas, devendo ser observado, para tanto, o disposto na Resolução TCU nº 206/2007*”.

Após a edição do acórdão 1967/2010-Plenário, as Comissões de Direitos Humanos e Minorias-CDHM e Especial das Anistias – CEANISTI, ambas da Câmara dos Deputados, publicaram carta aberta ao então Presidente do TCU, repudiando declarações do representante do Ministério Público no TCU sobre as revisões de anistias. O documento literalmente denunciava:

*“Como sabe V.Ex<sup>a</sup>, essa lei regulamentou o artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, diploma que reconduziu o Brasil à rota da democracia e do respeito aos direitos humanos. Antes mesmo da Constituinte, a Campanha pela Anistia constitui-se marco da cidadania, episódio histórico em que o povo brasileiro, como protagonista, conquistou o regresso de seus filhos banidos pela ditadura.*

*As declarações de membro desse tribunal soam como negação de tais fatos históricos e, no contexto político, vem somar-se às vozes dos porões da ditadura que teimam em inverter as condições de vítimas e perpetradores de gravíssimas violações de direitos humanos. É como se, 40 anos depois daqueles tempos sombrios, ao invés de pacificação e reparação, as vítimas da ditadura fossem hoje, em pleno Estado de Direito Democrático, mais uma vez submetidas a novos tipos de sofrimento, desta vez na forma de suspeições descabidas e injustas, na forma de regressão naquilo que demorou 40 anos para ser reconhecido.*

*Se há o que rever daquela época nefasta são os crimes de Lesa-Humanidade praticados por aqueles que deveriam proteger a Nação Brasileira e que continuam impunes!*

*Não é possível quantificar as torturas, as perseguições, o medo e tantos sofrimentos que homens e mulheres dignos passaram por terem resistido ao arbítrio e à ditadura. O pedido de desculpas e a indenização com base em critérios republicanos e fundamentados na razoabilidade é o mínimo que o Estado deve fazer, ainda que tardiamente.*

*Por outro lado, nos parece que não cabe ao Tribunal de Contas da União avançar sobre atribuição que não lhe compete, sob pena de usurpação de poder. A harmonia da República reside no zelo à competência legal de cada um dos Três Poderes e seus órgãos auxiliares.”*

O Ministério da Justiça interpôs pedido de reexame do Acórdão 1967/2010 junto ao TCU, em 08/09/2010 sob a alegação do não cabimento da apreciação, por aquele tribunal, para fins de registro, da legalidade das concessões das prestações mensais, permanentes e continuadas previstas na Lei 10.559/02, **haja vista o caráter indenizatório e, não previdenciário**, da concessão das anistias políticas.

Tal entendimento é embasado na interpretação do Supremo Tribunal Federal, através da ADI nº 2.369/PR, DJ de 04/08/2006, que conclui, *in verbis*:

**“CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ (ec 14/2001). INDENIZAÇÃO POR ATOS DE EXCEÇÃO. TERCEIROS DE BOA-FÉ. ARTS. 8º e 9º do ADCT.(...)**  
(...)

*Nesse sentido, apenas resta concluir que a natureza jurídica da prestação permanente e continuada, concedida a perseguidos políticos, é **indenizatória, em nada se assemelhando a qualquer regime previdenciário previsto no texto constitucional.** (o destaque é nosso).*

*Se assim é, o ato de concessão da declaração de anistia, bem como da prestação permanente e continuada, **não se submete a registro perante a Corte de Contas.** Por meio de interpretação do texto*

*constitucional, não pode o TCU transformar um ato simples em complexo.”*  
(o destaque é nosso).”

Instada a manifestar-se no caso em tela, a Consultoria-Geral da União, posicionou-se nos autos do processo nº 00400.013711/2010-11 em que são interessados os Ministérios da Justiça, da Defesa e Planejamento, Orçamento e Gestão, inclusive através do despacho do Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais - DEAEX nº 067/2011, de 13/06/2011, nos seguintes termos:

*“Não obstante as indenizações de caráter continuado possuírem características semelhantes à concessão de aposentadorias e pensões,<sup>1</sup> não é possível enquadrá-las na categoria de ato administrativo complexo<sup>1</sup>, fato que daria azo ao entendimento firmado pela Corte de Contas. Ao contrário, o ato de concessão das indenizações enquadra-se na categoria de ato administrativo composto, ou seja, o ato é formado pela vontade única de um órgão (no caso o parecer favorável da Comissão de Anistia), sendo apenas ratificado por outra autoridade (a publicação de Portaria pelo Ministro de Estado da Justiça).”*

Em 20 de setembro de 2011, a Consultoria-Geral da União - CGU/AGU, encaminhou suas manifestações à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, nas quais insere-se o teor supra.

Não obstante a exposição dos fatos supra, **a CDHM não pode deixar de questionar o posicionamento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça** em seu pedido de reexame de uma matéria que já havia sido objeto de decisão do próprio TCU em 2008 que julgou-se incompetente para revisar o mérito das Concessões de Anistia. Tal decisão cristalizou-se através do Acórdão-Plenário nº 02891/2008, na declaração de voto da lavra do Ministro Relator Benjamim Zymler a seguir transcrita:

*“Após ouvir atentamente a sustentação oral do Representante da Advocacia-Geral da União, convenci-me de que **falece competência a esta Corte para deliberar sobre o mérito das anistias concedidas pelo Governo Federal, por meio de decisão do Ministro da Justiça, assessorado pela comissão de anistia. Entendo tratar-se de matéria de cunho eminentemente político, não sujeita à revisão desta Corte, que não pode se substituir ao juízo formulado pelo Ministro da Justiça, ainda que dele resulte despesa pública.***

*O art. 8º do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) foi regulamentado pela Lei n.º 10.559/2002. A norma estabeleceu procedimentos para o exame dos casos submetidos à sua apreciação nos arts. 10 a 12. **O art. 10 atribui ao Ministro da Justiça a competência para decidir a respeito dos requerimentos formulados com base naquela lei. Em nenhum momento é atribuída competência ao Tribunal de Contas da União para rever a deliberação do Ministro de Estado. E a razão é muito simples: o juízo acerca da existência ou não de ato de***

---

<sup>1</sup> Entendido este como ato que só se forma e se aperfeiçoa com a conjugação de vontade órgãos diversos.

exceção é juízo eminentemente político, como indica o próprio nome: anistia política. A conotação política do ato não se cinge apenas à concessão de anistia, mas a antecede. O cunho político da decisão do Ministro da Justiça reside na declaração da existência ou de ato de exceção. O que daí advém é a reparação do dano causado ao perseguido político.

**Tentar restringir a aplicação do art. 8º do ADCT por meio da submissão do juízo político formulado pelo Ministro da Justiça ao controle da "legalidade" a ser exercido pelo TCU viola o objetivo da norma e cria procedimento não previsto em lei. Nessa hipótese, estar-se-ia substituindo o juízo político pelo juízo de legalidade do ato administrativo.** O controle externo é visceralmente um controle administrativo de cunho financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional. Não se extrai do texto constitucional qualquer possibilidade de o TCU adentrar terreno da discricionariedade política dos atos de governo.

A atuação desta Corte deve cingir-se à verificação dos procedimentos. É dizer, verificar a existência de Processo de anistia regularmente constituído, a obediência aos trâmites legais, dentre outros. **Dessarte, acolho a preliminar de incompetência do Tribunal para revisar o mérito das concessões de anistia.** (Os destaques são por nossa conta).

Este resgate histórico busca trazer luz ao tema em questão ao detalhar a linha do tempo em que transitou a Corte de Contas em seu objetivo de reexaminar as anistias de milhares de civis e militares.

O Estado de Exceção vivido pelo Regime Militar Pós-64 perseguiu, torturou, exterminou e degradou milhares de Brasileiros Civis e Militares considerados subversivos e a Memória desses fatos está sendo revelada paulatinamente. A Nação Brasileira através de seus representantes no Parlamento não pode omitir-se ou compactuar com quaisquer ações que fortaleçam o retrocesso da caminhada democrática de nosso país.

Com o retorno ao Estado de Direito, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a concessão de anistia **e indenização quando fosse o caso**, aos atingidos por atos de exceção e motivação política entre 1946 e a data da promulgação da atual Carta Magna. Cabe ao Estado Brasileiro exigir que as determinações da Assembléia Constituinte sejam respeitadas.

Face ao exposto, busca-se por meio desta Moção sensibilizar o TCU para as peculiaridades e a singularidade das indenizações em questão e para a necessária celeridade que o cumprimento das mesmas se impõe face à idade avançada das vítimas da ditadura e ao precário estado de saúde da maioria, **inclusive lembrando ao Tribunal a decisão do Acórdão 2891/2008 da própria Corte de Contas, no qual declara sua absoluta incompetência para revisar anistias políticas.**

Busca-se, também, conclamar todos os órgãos públicos à razoabilidade, para que adstrinjam-se às suas respectivas competências legais quanto ao cumprimento das Leis de Anistia, *in caso*, à da Lei n. 10.559/02.

Brasília, 19 de outubro de 2011

Comissão de Direitos Humanos e Minorias  
Câmara dos Deputados

## NOTAS OFICIAIS

### CASO GEGÊ: CDHM ACOMPANHARÁ JULGAMENTO

Hoje e amanhã, o líder do Movimento de Moradia do Centro (MMC) de São Paulo, Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, deve ir a júri popular.

Gegê é um lutador histórico nas questões sociais e um defensor dos direitos humanos. Lutou contra a ditadura, foi preso e torturado ainda adolescente. É fundador do Partido dos Trabalhadores, da CUT e da Central de Movimentos Populares. Além disso, é uma liderança reconhecida no movimento de moradia, integrando inclusive na atualidade o Conselho Nacional de Cidades, do Ministério das Cidades.

Gegê está sendo julgado por suposta participação em um homicídio ocorrido em 2002, em um dos acampamentos do Movimento de Moradia no Centro de São Paulo (MMC), entidade filiada à 'Central de Movimentos Populares' (CMP). Este conflito não estava ligado com as reivindicações do MMC e nem com a dinâmica interna do acampamento, mas foi aproveitado para incriminar e afastar do local a organização deste movimento e o apoio às famílias acampadas.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados está acompanhando o julgamento, através da deputada do PT/SP Janete Pietá.

Defendemos que Gegê tenha todos os seus direitos respeitados e que a verdade venha à tona.

Sabemos que a luta pelo direito à moradia é um dos direitos humanos e que não será por decreto ou por pura previsão normativa que os direitos se efetivam, os direitos se concretizam com luta e controle social e é isso que os movimentos sociais na prática estão a fazer, lutando para tornar o que está

previsto em Lei em algo vivo e real e com isso estão consolidando o nosso Estado Democrático de Direito.

Estamos acompanhando atentamente este caso, para que não haja tentativas de criminalização dos movimentos sociais e para que o julgamento seja comprometido com a verdade."

Brasília, 4 de abril de 2011

### **É PRECISO CESSAR A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM manifesta sua preocupação com o massacre sistemático que está vitimando o povo indígena Guarani/Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. A vítima mais recente foi o cacique Nisio Gomes, assassinado no acampamento Tekoha Guaiviry, município de Amambaí, no dia 18 de novembro de 2011. Os pistoleiros que executaram o crime levaram o corpo do líder indígena. O saldo da ação inclui também vários feridos por balas de borracha, três jovens baleados e dois desaparecidos.

Em junho último, um ônibus que levava crianças da comunidade terena de Cachoeirinha sofreu um ataque incendiário, que resultou em várias vítimas graves, sendo uma fatal.

Em setembro, a comunidade Guarani/Kaiowá do Tekoha Ppyelito Kue foi atacada por cerca de 40 pistoleiros. No mesmo mês, foi morto o indígena Teodoro Ricardi. No velório, houve outro atentado, em que o jovem indígena Isabelino Gonçalves conseguiu escapar dos tiros desferidos por pistoleiros.

Segundo dados coletados na imprensa pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nos últimos oito anos, 250 índios foram assassinados no Mato Grosso do Sul. O estado acabou sendo palco de 55,3% dos 452 homicídios de indígenas do Brasil.

As perdas do povos indígenas no Mato Grosso do Sul também estão ocorrendo no campo judicial. As comunidades Laranjeira e Cachoeirinha estão na iminência do cumprimento de ordens judiciais de reintegração de posse em favor de não-índios, respectivamente emitidas pela Justiça Federal/MS e pelo Supremo Tribunal Federal (AC 2556, relatoria do ministro Marco Aurélio). Essas comunidades foram alvo de atentados em 2011.

Por outro lado, foi positiva a retomada pela FUNAI dos estudos de reconhecimento dos territórios indígenas no Mato Grosso do Sul.



Várias lideranças e comunidades estão incluídas no programa de proteção aos defensores de direitos humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e a Polícia Federal tem procurado ser mais presente no Estado. Mas essa atuação do Governo Federal tem se mostrado insuficiente para inibir a ação violenta dos latifundiários e suas milícias armadas, que tem sido beneficiadas pela impunidade.

Dada a gravidade dos fatos e o recrudescimento da violência em áreas indígenas do Mato Grosso do Sul, temendo novos ataques contra esses povos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias está organizando uma diligência à região, para somar com as demais instituições de Estado e da sociedade no esforço em defesa do direito à vida e à terra dos povos indígenas. A diligência foi decidida pela plenária da Comissão ao aprovar por unanimidade requerimento da Deputada Érika Kokay.

Diante da intensificação da violência contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, defendemos uma atuação mais ampla da Polícia Federal no estado. Também é preciso que a Força Nacional de Segurança atue na região para que sejam realizados com urgência o desarmamento dos produtores rurais, a fiscalização das empresas de segurança e eventuais participações de agentes de segurança pública em crimes de pistolagem. Por sua vez, conclamamos a FUNAI a acelerar os procedimentos administrativos de demarcação das terras tradicionais Guarani Kaiowá e a promover assentamentos dignos – condições indispensáveis para a redução da violência contra esses povos e para garantir a dignidade humana que eles merecem.

Brasília, 24 de novembro de 2011

#### **COMISSÃO QUESTIONA TV GLOBO SOBRE SUPOSTO ESTUPRO NO BIG BROTHER BRASIL**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados interpelou a Rede Globo de Televisão para saber sobre providências a respeito do suposto caso de estupro/abuso sexual ocorrido na edição do reality show Big Brother Brasil, exibido no começo de 2012.

A presidente da CDHM, deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), solicitou, por ofício no dia 17 de janeiro, ao diretor do programa, José Bonifácio Brasil de Oliveira, informações sobre providências tomadas em relação ao caso de estupro, presumido por espectadores que assistiam o canal pago do reality show na madrugada do dia 15.

Nas cenas exibidas, o modelo Daniel Echaniz e a estudante gaúcha Monique Amin faziam movimentos sob um edredom semelhantes a um ato sexual. Alguns assinantes do programa veicularam em redes sociais que a estudante teria sofrido abuso sexual, já que estaria dormindo quando o modelo deitou-se em sua cama.

Na correspondência oficial que a Comissão dirigiu à emissora, indagou-se ao diretor do programa se as imagens veiculadas no canal por assinatura foram mostradas à estudante. O ofício justifica que as informações são necessárias para "formar opinião qualificada sobre episódio que possa, ou não, se caracterizar como violação da dignidade humana num veículo com ampla influência na formação da população brasileira".

Embora ambos os participantes do BBB envolvidos tenham negaram o estupro, a Globo expulsou o modelo do programa, acusando-o de comportamento "gravemente inadequado".

Várias entidades da sociedade civil e do poder público reagiram ao caso, afirmando que o chamado BBB estimula situações limite para a dignidade humana. O caso tem motivado também a defesa de regulação da mídia, para que ela se submeta não à censura, mas aos parâmetros legais e princípios constitucionais e de direitos humanos que regem toda a sociedade.

#### **FALECIMENTO DE DUVANIER PAIVA FERREIRA POR FALTA DE ATENDIMENTO MÉDICO**

Como presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, manifesto a solidariedade deste colegiado parlamentar à família, amigos e colegas do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, falecido na madrugada de 19 de janeiro de 2012.

Duvanier morreu aos 56 anos de idade depois de sofrer um infarto agudo. Foi levado aos hospitais Santa Lúcia e Santa Luzia e, segundo apurou a imprensa, ambos negaram atendimento ao paciente porque seu plano de saúde não era coberto e ele não tinha cheques para dar como garantia. Quando chegou ao terceiro hospital em busca da emergência, era tarde, e não foi possível reanimar o paciente.

Esta Comissão vai acompanhar as investigações sobre os fortes indícios de negligência no caso, já anunciadas pelo diretor-geral da Polícia Civil do DF. Acompanharemos também as providências que devem ser tomadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Cabe lembrar que a Resolução Normativa nº 44 da ANS proíbe a cobrança de garantia adicional antecipada. O Código Civil protege o cidadão de cobranças abusivas, sobretudo quando está em jogo a própria vida. Negar atendimento emergencial a uma pessoa na situação em que Duvanier se encontrava afronta os direitos humanos e a dignidade humana.

Também junto a esta Comissão de Direitos Humanos Duvanier Paiva Ferreira era respeitado e admirado. Sempre convidado a participar de negociações e seminários quando se tratava da reintegração de servidores

públicos anistiados, atuava com ética e habilidade, representando o Ministério do Planejamento. O Brasil perde um qualificado interlocutor do Estado com os servidores públicos e, ele próprio, um servidor público exemplar.

Brasília, 20 de janeiro de 2012

#### **PINHEIRINHO: VIOLÊNCIA POLICIAL E FALTA DE MORADIA POPULAR**

Como presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, venho protestar contra a violência utilizada pelas forças policiais na reintegração de posse do assentamento Pinheirinho, em São José dos Campos-SP, um episódio absolutamente contraditório com os padrões de respeito aos direitos humanos que o Brasil vive hoje.

Cabe lembrar o evidente interesse social dessa área que pertenceu ao especulador Naji Nahas. Desde 2004, quando passou a servir de moradia para 6 mil pessoas, que ali constituíram o bairro Pinheirinho, a área passou a ter uma função social.

Ao desfechar o súbito ataque policial, o governador Geraldo Alkmin acabou por romper o processo de diálogo com as várias partes que buscavam um equacionamento político/jurídico – caminho sempre melhor do que o abuso da violência policial como solução de demandas sociais.

As incertezas quanto ao foro apropriado para julgamento das ações judiciais aconselhavam maior prudência na decisão sobre a desocupação do terreno. Assim como havia ordem de despejo dada por membro do Tribunal de Justiça do Estado, na qual o governo de São Paulo se apoiou, também havia decisão suspendendo a operação, expedida por integrante do Tribunal Regional Federal. São notórios os conflitos de jurisdição entre diferentes tribunais nessa questão. A Advocacia-Geral da União inclusive já havia requerido medida cautelar para garantir a competência federal na decisão judicial sobre a comunidade de Pinheirinho.

A tentativa de “solução policial” para problema social também não contribui para o fortalecimento da democracia, que não prescinde do respeito mútuo nas relações entre grupos sociais e entidades do Estado. Pelo contrário, episódios como esse abalam a confiança do cidadão nos mecanismos de diálogo e da justiça. Morar é um direito humano e como tal deve ser visto por todos.

Brasília, 24 de janeiro de 2012.